

Veículo: Rádio Sociedade da Bahia AM 740 Salvador	
Data: 22/04/2021	Programa: Show da Tarde
Assunto: Governo do Estado prorroga prazo de <b><u>recolhimento do ICMS.</u></b>	

**Data:** 22/04/2021

**Hora:** 17:02:36

**Emissora:** Rádio Sociedade da Bahia AM 740 Salvador

**Programa:** Show da Tarde

**Apresentador (a):** --

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Governo do Estado prorroga prazo de **recolhimento do ICMS.**



**COVID-19** Cerca de 2,1 milhões de baianos receberam primeira aplicação e pouco mais de 772 mil já tomaram segunda dose

# Bahia recebe mais de 220 mil doses de vacina e totaliza 3,9 milhões até agora

ALEX TORRES

A Bahia recebeu na tarde de ontem mais uma remessa de vacinas contra a Covid-19. Ao todo, foram 222.500 doses que desembarcaram no aeroporto internacional de Salvador. Entre o montante estão 180,5 mil da Fiocruz/Astrazeneca/Oxford e 42 mil da Sinovac, produzida pelo Instituto Butantan.

Com o envio dos imunizantes, a Bahia chega ao total de quase 3,9 milhões de doses recebidas da vacina contra o coronavírus. Até o momento, o painel de vacinação da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) informa que cerca de 2,1 milhões de baianos receberam a primeira aplicação e, dentro deste número, pouco mais de 772 mil já passaram pela última dose prevista.

A remessa de vacinas que desembarcou em solo baiano ontem será enviada para os municípios em aeronaves do Grupamento Aéreo da Polícia Militar (Graer) e da Casa Militar do Governador (CMG-BA), após conferência da equipe da Coordenação de Imunização do Estado.

Segundo decisão da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), instância que reúne representantes dos 417 municípios e o estado, as novas doses dos imunizantes serão direcionadas a municípios que aplicaram 85% ou mais das doses que receberam.



Mateus Pereira/GOV.Bahia

Nova remessa dos imunizantes contra a Covid-19 foi desembarcada ontem à tarde no aeroporto internacional de Salvador

**Desembarcaram 180,5 mil doses da Fiocruz com Astrazeneca/Oxford**

**Foram 42 mil doses de vacina da Sinovac, produzida pelo Butantan**

De acordo com informações da Sesab, essa remessa possibilitará a continuidade da vacinação de idosos acima de 60 anos, de forma escalonada, além de profissionais da saúde e das forças de segurança, população quilombola, pessoas com

doença renal crônica em tratamento de hemodiálise e trabalhadores da educação com 55 anos ou mais.

Os municípios que conseguiram concluir a vacinação dos idosos podem também começar a aplicar as doses na população com comor-

idades. O titular da pasta de saúde na Bahia, Fábio Villas-Boas, destacou que o estado segue aguardando a liberação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para importação da vacina russa Sputnik V, adquirida pelo governo.

## Pessoas com síndrome de Down começam a ser vacinadas



Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE

José Everson, portador de SD, recebeu a 1ª dose da vacina Oxford na sede da Apae

TÁCIO CALDAS\*

Foi iniciada ontem a estratégia de vacinação para dois novos públicos, as pessoas com síndrome de Down (SD) e os psicólogos autônomos. Também os agentes de segurança pública, doulas, pacientes em hemodiálise e os trabalhadores da educação seguem recebendo a vacina. Os idosos de 60 anos ou mais e os profissionais da saúde – para primeira e segunda doses – também seguem sendo imunizados.

O anúncio da estratégia que beneficiará as pessoas com SD e os psicólogos autônomos foi realizado pelo prefeito Bruno Reis em sua conta no Twitter. “Vamos iniciar a imunização das pessoas com síndrome de Down, mas o cadastro continua ocorrendo nas instituições que atendem a essas

pessoas”, relatou Reis. “Também vamos iniciar a vacinação dos psicólogos autônomos e daremos prosseguimento ao processo de todos os grupos”, afirmou.

Há critérios para vacinação desses públicos. Para aqueles com SD, é necessário ter o nome cadastrado na lista do site da Secretaria Municipal do Salvador e apresentar um documento ofi-

**Prefeitura dará prosseguimento à imunização de todos os grupos prioritários**

cial com foto. Os psicólogos autônomos, além de também seguirem este procedimento, têm que apresentar cópia do contracheque, do contrato de Pessoa Jurídica (PJ) ou a carteira do conselho de classe e uma cópia do último Imposto de Renda (IR). Ambos os grupos serão atendidos das 13h às 16h.

Os idosos 60 anos ou mais seguem sendo vacinados nos pontos fixos e nos drive-thrus. Doulas, agentes de segurança pública, pacientes em hemodiálise, trabalhadores da educação, da saúde e autônomos precisam atentar para os requisitos e a documentação necessários. O atendimento é das 8h às 16h. Para saber onde se vacinar, basta acessar o “Filômetro” ([filometro.saude.salvador.ba.gov.br](http://filometro.saude.salvador.ba.gov.br)).

\*SOB SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

## “Escolas estão preparadas desde o ano passado”, diz membro da GVE



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE / 19.2.2021

Prefeitura de Salvador e governo do estado já estabeleceram medidas para retorno

**ISSO É BAHIA**

DA REDAÇÃO

O Ministério Público do estado recomendou a publicação dos critérios para o retorno das aulas presenciais. Com isso, tanto a prefeitura de Salvador quanto o governo do estado da Bahia já estabeleceram medidas para que a volta às salas de aula ocorra. “As atividades escolares retornam quando a taxa de ocupação de leitos de UTI Covid atingir nível menor ou igual a 75% por cinco dias seguidos”.

Na quarta-feira, 22, profissionais da educação começaram a ser vacinados em Salvador, já criando um clima para possível volta às aulas.

Segundo o representante do Grupo de Valorização da Educação (GVE), Wilson Abdon, a perspectiva das aulas presenciais se torna mais real.

“As escolas já estão preparadas desde o ano passado. A maioria das particulares estão com protocolos implantados, equipamentos comprados e muita expectativa”, diz Abdon em entrevista ontem ao Isso é Bahia, em A TARDE FM.

**Maioria das escolas particulares tem protocolos implantados**

O representante da GVE explica que a situação está mais avançada em Lauro de Freitas, onde houve liberação para fazer acolhimento às crianças. “Estamos tendo retorno positivo das famílias, que estão trazendo as crianças para escola para fazer acolhimento, conhecer o novo espaço, os protocolos sanitários, conversar com os colegas”, assinalou.

**Pais**

Abdon pontua que desde setembro do ano passado as escolas mantêm o funcionamento da parte administrativa, atendendo as famílias. “Tem atendimento às famílias com hora marcada e atendimento online, por e-mails, WhatsApp, aplicativo e no site. As escolas têm uma gama de meios de comunicação, além de pesquisas constante junto às famílias”.

# ECONOMIA & NEGÓCIOS

**CÂMBIO Dólar cai para R\$ 5,45 e fecha no menor valor em quase dois meses**

[www.atarde.com.br/economia](http://www.atarde.com.br/economia)

**TECNOLOGIA** FLISoL se adapta à pandemia de Covid-19 e será realizado em ambiente virtual

## Festival mundial de instalação de software livre acontece sábado

**GILSON JORGE**

Uma das alegrias que o isolamento social tirou da comunidade nerd é a realização das install fests. As festas de instalação de softwares livres que aconteciam desde 2005 em diferentes cidades da América Latina, com voluntários experientes em informática ajudando novatos a instalarem em seus computadores e celulares programas e aplicativos que não apenas são grátis, mas permitem que os próprios usuários aprimorem o seu funcionamento.

Essas festas são a essência do Festival Latinoamericano de Instalação do Software Livre (FLISoL), criado em 2005 e que este ano acontece em ambiente virtual em diferentes cidades da região, inclusive Salvador, no próximo sábado. Mais informações sobre a programação, no site [www.flisol.info](http://www.flisol.info)

Um dos objetivos do evento é mostrar que o software livre não é um bicho de sete cabeças, mas uma alternativa plausível para lidar com informações eletrônicas sem pagar pequenas fortunas em licenciamento.

Não se trata de pirataria. O sistema operacional Android, usado em todos os smartphones que não sejam da Apple, por exemplo, é um software livre colocado à disposição dos usuários pelo Google.

Para o uso de computadores, o exemplo mais famoso de software livre é o Linux. Analista de sistemas e síndico de um condomínio no bairro de Brotas, Antonio Carlos Sampaio usa software livre em nove dos catorze PCs da administração do condomínio, que economizou em licenças cerca de R\$ 1,8 mil



Rafael Martins / Ag. A TARDE

**Organizador do Flisol em Salvador, Cristiano Furtado vai palestrar no evento**

por computador. Esse valor equivale ao que normalmente é preciso pagar para instalar softwares como o Windows, licenciado pela Microsoft. Esses softwares, pagos, são chamados de softwares proprietários. "Apenas os computadores usados diretamente em tarefas administrativas usam softwares proprietários", afirma Sampaio.

### Adaptação

Sem as install fests, o Flisol este ano está calçado principalmente nas palestras virtuais sobre o desenvolvi-

mento dos softwares livres e sua adoção por empresas e governos. As palestras foram incorporadas ao festival em 2008, um ano antes de que o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebesse em audiência Richard Stallman, desenvolvedor e ativista dos Estados Unidos que criou em 1978 o Projeto GNU que, antes da massificação da informática, já pregava o direito dos usuários a interferirem nos softwares. À época de sua visita, o governo brasileiro começava a disseminar a

cultura do software livre na administração pública.

Organizador do Flisol em Salvador há 10 anos, o empresário Cristiano Furtado explica o que considera relevante no evento: "É uma oportunidade de conhecer pessoas, conhecer os softwares livres e ver que não é algo tão complicado quanto se pensa", diz o empresário.

### Projeto Liberte-se

Ele vai fazer uma palestra durante o Flisol sobre o Projeto Liberte-se, que está organizando centros de cultura ba-

seados em softwares livres no Brasil, em Portugal e Angola. "Tem gente que acha que software livre é baixar um joguinho grátis. Há pessoas de diferentes áreas envolvidas com o desenvolvimento, jornalistas que ajudam escrever projetos, fotógrafos que criam filtros para imagens", exemplifica Furtado.

Doutora em semiótica pela USP, pesquisadora em linguística aplicada e coordenadora nacional do FLISoL, a professora Ana Cristina Matte ressalta o caráter comunitário do evento. "No mesmo dia, comunidades de software livre se reúnem para divulgar e debater seus princípios filosóficos, como a colaboratividade, o respeito às diferenças, a liberdade de uso, a cooperação entre usuários e desenvolvedores", explica.

### Comunidades abertas

Ana destaca que as comunidades envolvidas no FLISoL são abertas e que as pessoas interessadas poderão ensinar o que aprenderam, usar os softwares e divulgá-los em seu ambiente de trabalho. "Eu faço isso com a Educação, com meu grupo Texto Livre, destaca a professora, que ressaltando a possibilidade de novos participantes ajudarem no desenvolvimento, trabalhar na documentação de software, ajudar com design e divulgação.

"O FLISoL funciona como uma porta aberta, um momento em que as comunidades abrem suas portas para acolher os interessados com debates de alto nível, apresentando soluções livres e permitindo experimentar um pouco do que é fazer parte desse mundo do software livre, que costuma ser muito empolgante", afirma.

### EXTRATIVISMO

**Produção do setor mineral cresce 15% no 1º trimestre**

**LÉO RODRIGUES**

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A produção comercializada do setor mineral no Brasil alcançou 227 milhões de toneladas no primeiro trimestre deste ano, com aumento de 15% na comparação com o mesmo período de 2020. De janeiro a março de 2021, o setor faturou R\$ 70 bilhões, o que representa alta de 95% frente aos R\$ 36 bilhões obtidos no primeiro trimestre do ano passado. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade que reúne as maiores mineradoras no País.

Segundo o presidente do Conselho Diretor do Ibram, Wilson Brumer, três fatores explicam o bom desempenho do setor, mesmo em meio à pandemia de covid-19. "As principais razões desse aumento substancial no faturamento são o crescimento da China, a alta dos preços no mercado internacional, de uma maneira geral, e a desvalorização do real."

As exportações de minérios, em dólar, aumentaram 102%. A moeda norte-americana era cotada em março deste ano a R\$ 5,65. No terceiro mês de 2020, valia R\$ 4,88. Ao mesmo tempo, o preço médio da tonelada de minério de ferro teve variação de 87,6% na comparação com primeiro trimestre do ano passado.

No recorte por estados, Pará e Minas Gerais, que concentram a maior fatia da produção, registraram os melhores resultados. Em Minas, o faturamento, de R\$ 28 bilhões, representa alta de 118% e, no Pará, que alcançou R\$ 31 bilhões, aumentou 94%. Os estados da Bahia, com R\$ 2 bilhões, e de Mato Grosso, com R\$ 1,4 bilhão, também tiveram crescimento acima de 90%.

## INFORMAMOS QUE HAVERÁ INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS LOCALIDADES ABAIXO, PARA QUE SEJAM REALIZADOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA:



### SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA

28/04/2021 QUARTA-FEIRA  
**MATA DE SÃO JOÃO/RURAL** - das 09:00 às 16:00 - Av. Rio Camaçari, Beco da Cebola, Estrada Barra Pojuca Jk, Estrada Coko Km09, Estrada do Coko Km 10, Fazenda Alto Alegre, Fazenda Brejão, Fazenda Cosme E Damião, Fazenda Cumbe Itapeirica, Fazenda Itapeirica, Fazenda Juruaba Estitana, Fazenda Luliana, Fazenda Lumiar, Fazenda Manancial, Fazenda Milagres, Fazenda Núcleo Colonial Jk 3 Tz, Fazenda Riacho Doce, Fazenda Rio Fundo, Fazenda Santa Fe, Fazenda Santo Antonio, Fazenda Senhora Santana, Loteamento Condomínio Jardim Flamboyants Rua A, Loteamento Colônia Verdes Santa Maria Quadra J, Loteamento Jardim dos Flamboyants, Loteamento Sítio Fradinho, Loteamento Verdes Horizontes, Praça de Itapeirica, Povoado Brejão, Povoado de Vargem Grande, Povoado Núcleo Colonial Jk, Rodovia Ba 099 Estrada do Coko, Rua Alto da Colina, Rua Antonio Noberto, Rua B, Rua da Liberdade, Rua da Usina, Rua do Cascalho, Rua do Lavra, Rua Estrada da Malícia, Rua F, Rua Francisco Leite Lima, Rua J J Seabra, Rua Jardim Limoeiro, Rua Marechal Floriano, Rua Núcleo Colonial Jk, Rua São Roque, Rua Sucupio de Abrantes, Santa Rosa e Vila Itapeirica.  
**SALVADOR/BAIRRO DA PAZ** - das 08:30 às 16:30 - Rua da Felicidade, Rua Nossa Senhora da Paz, Tv. 1 da Felicidade, Tv. 1 Nossa Senhora da Paz, Tv. 2 da Felicidade, Tv. 3 da Felicidade, Tv. 5 da Felicidade, Tv. 6 da Felicidade e Tv. da Felicidade.  
**SALVADOR/CABULA VI** - das 09:00 às 13:00 - Rua Teodulo de Albuquerque.  
**SALVADOR/ONDINA** - das 09:00 às 17:00 - Parte da Av. Oceânica.  
**SALVADOR/SÃO MARCOS** - das 09:00 às 13:00 - Rua Andrea Santiago, Rua da Luz, Rua Direta do Horizonte, Rua Manoel Antonio Galvão, Rua Nossa Senhora do Carmo, Rua Patrícia Barbosa, Rua São Jorge, Rua São Jorge da Vila Nova Pituacu, Rua Senhor do Bonfim da Vila Nova Pituacu, Rua Sítio do Pombal Área Ambiental, Rua Universal, Tv. Andrea Santiago e Tv. do Carmo.  
**SÃO SEBASTIAO DO PASSE/RURAL** - das 09:00 às 16:00 - Alto do Boa Vista, Fazenda Boa Vista, Fazenda Carijó, Fazenda Currallinho, Fazenda Espírito Santo do Carmo, Fazenda Fortaleza, Fazenda Grotas, Fazenda Pedras, Fazenda Porteira Azul, Fazenda Riacho Claro, Fazenda Santa Cruz, Fazenda Terere, Povoado Banco de Areia, Povoado Espírito Santo do Carmo, Povoado Rio Uma, Rua Acu da Torre, Rua Alto da Boa Vista, Rua Boa Vista, Rua da Rodagem, Rua do Brejo Grande, Rua do Labirinto, Rua Fortaleza e Rua São Francisco.

29/04/2021 QUINTA-FEIRA  
**CAMAÇARI/AREMBEPE** - das 09:00 às 17:00 - Condomínio Loteamento Fonte das Águas, Loteamento Fonte das Águas e Rua dos Tratados.  
**CAMAÇARI/GLEBA C** - das 08:00 às 16:00 - Av. Leste, Rua Antonio Felix Martins, Rua B, Rua da Usina e Rua Ibicaraí.  
**CAMAÇARI/POLO DE APOIO** - das 08:30 às 16:30 - Av. Leste, Rua Celeste, Rua da Palha Final, Rua do Bronze, Rua do Campo, Tv. 01 Bispo e Tv. 05 Verde Horizonte.  
**DIAS D'AVILA/CENTRO** - das 09:00 às 16:30 - Tv. 2 Constância, Tv. Tiradentes, Rua Jose da Conceição Almeida, Tv. 02 Tiradentes, Rua Tiradentes, Tv. 03 Tiradentes, Tv. 01 Constância, Rua Manoelito Mascarenhas e Rua Caraiabas.  
**SALVADOR/STIEP** - das 08:30 às 16:00 - Rua Doutor Jose Peroba.  
**SALVADOR/AGUAS CLARAS** - das 08:00 às 12:30 - Av. Presidente Médici, Caminho (03 e 04) Joao de Barro I, Parte da Estrada do Matadouro, Rua Alvaro Ramos Batista, Rua Coronel Azevedo, Rua Joao Salomé, Rua Presidente Médici, Rua Sena, Tv. 1 Joao Salomé, Tv. 1 Madalena, Tv. 1 Presidente Médici e Tv. Madalena.  
**SALVADOR/CAMINHO DAS ARVORES** - das 09:00 às 15:00 - Alameda Flamboyants.  
**SALVADOR/CANABRAVA** - das 07:40 às 15:40 - Parque 3 Mangueira, Rua Artemio Castro Valente, Rua Sandra Machado, Rua Simone Machado e Tv. Sandra Machado.  
**SALVADOR/COUTOS** - das 08:30 às 16:30 - Rua Galileia, Rua Israel, Rua Jordânia e Rua Suez.  
**SALVADOR/FEDERACAO** - das 09:00 às 17:00 - Parte da Av. Anita Garibaldi, Parte da Av. Cardeal da Silva e Rua Agnelo Brito.  
**SALVADOR/RIO VERMELHO** - das 09:00 às 15:00 - Parte da Av. Anita Garibaldi, Rua Alexandre Gusmão, Rua Almirante Barroso, Tv. Arquelano Pompilio de Abreu, Tv. Bartholomeu de Gusmão, Tv. do Corte Grande, Tv. Lydio de Mesquita e Tv. Miguel Arcanjo de Santana.  
**SALVADOR/SÃO CRISTOVÃO** - das 09:00 às 15:00 - Rua Loteamento Parque São Cristóvão Rua Norte, Rua Loteamento Parque São Cristóvão, Rua Nobellino Dourado, Rua Norte 1, Rua Norte 2, Rua Norte 4, Rua Oeste

01, Rua Santa Rita da Ceasa, Via L 12 Parque São Cristóvão, Via L 16 1 Parque São Cristóvão, Via O 02 Parque São Cristóvão, Via O 04, Via O 15 e Via O 26.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE/MURIBECA (CENTRO)** - das 09:45 às 16:45 - Estrada Porto Ferrolho, Rua da Capelinha e Rua Francisco Almeida.

30/04/2021 SEXTA-FEIRA  
**CAMAÇARI/AREMBEPE** - das 09:00 às 17:00 - Alameda Pedrinhas, Estrada Condomínio Portal de Arembepe, Loteamento Canto de Arembepe, Loteamento Fonte das Pedras e Loteamento Portal de Arembepe.  
**CAMAÇARI/BARRA DO JACUIPE** - das 08:30 às 16:30 - Rua Caraiabas.  
**MATA DE SÃO JOÃO/IMBASSAI** - das 08:00 às 16:00 - Loteamento Mar Azul, Rua Barro Branco e Rua Imbassai.  
**SALVADOR/RIO VERMELHO** - das 09:00 às 15:00 - Parte da Av. Anita Garibaldi, Parte da Av. Garibaldi, Ladeira 2 do Corte Grande, Ladeira 3 do Corte Grande, Ladeira Pinto Machado, Rua Alto da Sereia, Rua do Corte Grande, Tv. 2 do Corte Grande, Tv. 3 do Corte Grande, Tv. do Corte Grande e Tv. Pinto Machado.  
**SALVADOR/SANTO ANTONIO** - das 09:00 às 15:00 - Rua dos Carvões, Rua Direita de Santo Antonio, Lagoa Santo Antonio Além do Carmo, Alameda Horto Bela Vista e Tv. 1 Samuel.  
**SALVADOR/BOCA DO RIO** - das 09:00 às 13:00 - Estrada do Currallinho, Rua Bernadete Dias, Rua Boa Vista, Rua da Tranquilidade, Rua Dario Valois, Rua Emiliano Galiza, Rua Jayme Sapolnik, Rua Novo Imbui, Rua Pedro Batista de Almeida, Rua Professor Pinto de Aguiar, Tv. 1 Professor Pinto de Aguiar, Tv. 2 Professor Pinto de Aguiar, Tv. 3 Emiliano Galiza, Tv. do Cardeal, Tv. do Sabia e Tv. Professor Pinto de Aguiar.  
**SALVADOR/MASSARANDUBA** - das 09:00 às 15:00 - Rua Francisco Paulo Mateus, Rua Major Marivaldo Tapioca, Rua Rubem Amorim e Tv. Rubem Amorim.  
**SALVADOR/SÃO CRISTOVÃO** - das 08:00 às 13:30 - Parte da Av. Aliomar Baleeiro, Av. União, Jardim Vila Verde, Rua Adriano de Azevedo Ponde, Rua Eurico da Costa Coutinho, Rua Ipiá, Rua Novo Milênio, Tv. (01 e 02) São Benedito, Tv. Bosque Feliz, Tv. Cris, Tv. Damiao, Tv. Mario e Tv. Pinheiros Conjunto Verde.  
**SÃO FRANCISCO DO CONDE/CAIPE** - das 09:30 às 17:30 - Rodovia Candeias, Rua Jerusalém e Tv. 3 Alto da B Vista.  
**SIMÕES FILHO/TIRO SEGURO** - das 09:00 às 16:30 - Parte da Av. Camaçari.

02/05/2021 DOMINGO  
**SALVADOR/ENGENHO VELHO DA FEDERACAO** - das 09:00 às 17:00 - Parte da Av. Vasco da Gama e Rua Doutor Romulo Serrano.

03/05/2021 SEGUNDA-FEIRA  
**LAURO DE FREITAS/VIDA NOVA** - das 08:30 às 16:30 - Caminho (15, 16, 19, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 75, 76, 96, 128 e 139), Estrada Areia Branca, Loteamento Projeto Vida Nova, Rodovia Via Marginal, Rua Abaete, Rua Acesso Local III, Rua Antonio Gonçalves, Rua de Ligação, Rua Miranda e Rua Santa Cecília.  
**SALVADOR/FAZENDA GRANDE DO RETIRO** - das 09:00 às 15:00 - Av. Bahia, Av. Felix, Rua Berlim, Rua do Canal, Rua do Marotinho, Rua do Ocidente, Rua Henrique Marques, Rua Jose Sales, Rua São Fernando, Tv. (01, 03, 04 e 05) do Canal, Tv. do Ocidente, Tv. Harpa, Tv. Henrique Marques, Tv. Moreira, Tv. Sandra, Vila Fraternidade e Vila Mello Moraes Filho.  
**SALVADOR/JAGUIRIPE I** - das 09:00 às 17:00 - Caminho (01, 05, 10, 14 e 16) G, Caminho 1 Quadra E, Caminho (10, 16, 18, 20 e 22) F, Caminho 7 D, Conjunto Fazenda Grande II, Conjunto Habitacional Jaguaripe 1 Setor D, Conjunto Jaguaripe I Setor D, Parte da Estrada do Coqueiro Grande, Rua Acesso 1 D e Rua E Jaguaripe I.

04/05/2021 TERÇA-FEIRA  
**CAMAÇARI/BARRA DO POJUCA** - das 09:00 às 17:00 - Condomínio Praia de Itacimirim, Estrada Barra Pojuca Jk, Estrada do Lodo, Estrada Jordao, Fazenda Cajazeiras, Loteamento Capivara, Loteamento Fontes das Águas, Loteamento Parque Real Serra Verde, Povoado de Vargem Grande, Rua Belém, Rua dos Bandeirantes, Rua Nova Soure, Rua Santa Rosa, Rua Solar, Sítio São João, Tv. 1 das Baratas, Tv. 2 das Baratas e Tv. Santa Rosa.  
**SALVADOR/SÃO CRISTOVÃO** - das 07:00 às 17:00 - Parte da Av. Aliomar Baleeiro e Parte da Av. Luis Viana.

### COELBA SERVIÇOS

1.116 É O TELEFONE DA COELBA PARA SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA. ANTES DE QUALQUER LIGAÇÃO, VERIFIQUE O DISJUNTOR DE SUA INSTALAÇÃO.  
 2. AO FAZER A SUA RECLAMAÇÃO, INFORME O NÚMERO DO CONSUMIDOR INDICADO NA SUA CONTA, ISSO FACILITARÁ O ATENDIMENTO.

[www.coelba.com.br](http://www.coelba.com.br)

# Um ano de exaustão e resistência no Espanhol

**Daniel Aloisio\***

REPORTAGEM  
daniel.santos@reddebahia.com.br

Noites mal dormidas, choro no banheiro, refeições irregulares, medo de adoecer, estresse profundo e sentimento de exaustão. Essa tem sido a realidade dos profissionais de saúde desde o início da pandemia na Bahia. Ontem, o primeiro hospital de campanha do estado, o Espanhol, completou um ano de atendimento exclusivo aos casos graves da covid-19. A data marcou um período ininterrupto de trabalho para os profissionais que fazem a unidade funcionar. Exaustos, eles não pensam em desistir.

"Eu passei por muitas situações difíceis nesse ano. No primeiro dia que entrei no quarto de um paciente, voltei para casa chorando. Mas a

gente tem uma motivação maior que é salvar vidas e é isso que me faz continuar até hoje", diz, emocionada, Claudiana Pereira, 40, coordenadora de enfermagem da unidade. Contando o período em que participou da equipe de implantação do hospital, tem mais de um ano na casa.

O reconhecimento veio com a entrega de certificados para ela e todos os funcionários que trabalham desde a abertura da unidade. A cerimônia aconteceu no próprio hospital, com a presença de Fábio Vilas-Boas, secretário estadual da Saúde, e Rômulo Cury, diretor da unidade.

"É comum profissionais de saúde terem mais de um vínculo. Então, além do estresse físico e mental aqui no Espanhol, há o das outras instituições. Fazemos ações diárias justamente com o objetivo de amenizar esses impactos", explica o diretor.

## Profissionais relatam rotina no maior hospital de campanha do estado para tratar a covid

Quando foram contratados, a previsão era de que a unidade funcionasse apenas por seis meses. Ninguém imaginava quão longa seria a pandemia. Hoje, é difícil dizer quando a instituição fechará as portas novamente.

"Isso está acontecendo porque as pessoas não se cuidaram corretamente. Então, a gente pede de todo coração para os baianos se protegem do vírus, não porque a gente não quer mais trabalhar e sim porque a gente não quer ver mais ninguém morrer", diz Claudiana.

Para o secretário Fábio Vilas-Boas, o Hospital Espanhol é um dos centros mais importantes no tratamento da covid-19 no país, justamente por causa da dedicação dos seus profissionais.

"Nós estamos oferecendo todas as alternativas cientificamente possíveis de tratamento. É um trabalho efi-

ciente, conduzido pelo infectologista Roberto Badaró e tocado por vários profissionais", afirmou o secretário à frente da Sesab.

O Hospital Espanhol opera com 80 leitos clínicos (76% deles estão ocupados, no momento) e 159 leitos de UTI (72% com pacientes internados), conforme dados de ontem, coletados às 19h pela reportagem. No primeiro ano de funcionamento da unidade, de 22 de abril de 2020 até ontem, foram 4.013 internações. Desse total, 2.474 pacientes tiveram alta após se curarem da covid-19 e 1.084 não resistiram à doença.

O CORREIO conversou com os profissionais que estão mantendo o Espanhol com a força de seu trabalho e dedicação desde a reabertura da unidade de saúde. Conheça as histórias de alguns:

\*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

DIVULGAÇÃO/H. ESPANHOL



REBECA NUNES

● **Enfermeira, 37 anos**  
Uma semana tem 168 horas. Metade desse tempo Rebeca vive em um hospital. Das 84 horas dedicadas à saúde, 42 ela passa no Espanhol. "Estou há quase dois anos sem férias e não tenho previsão. É bem cansativo". Na unidade, ela fica responsável por atender pacientes da enfermagem. A rotina inclui assistência diária, supervisão, atendimento de ocorrências e até escovar os dentes e pentear o cabelo dos pacientes. "Alguns estão tão debilitados que nem isso conseguem fazer". Ela começou a trabalhar lá uma semana após a reabertura. Nesse tempo, ficou afastada 14 dias, por ter pego covid-19. Se recuperou sem sequelas, mas viu o marido ter embolia pulmonar. "Nos deparamos com situações de sofrimento e às vezes trazemos para a vida. Tem dias que a gente se sente tão triste. Entro no banheiro e choro tudo que tenho que chorar e bola pra frente. Não podemos parar".

DIVULGAÇÃO/H. ESPANHOL



CAROL FRÓES

● **Psicóloga, 25 anos**  
A terceira experiência profissional de Carol foi no primeiro hospital de campanha baiano. Uma das primeiras contratadas, entrou na unidade antes de qualquer paciente, para preparar o local. No início, era aquele pique para enfrentar o que viria pela frente. No fim do ano, a sensação era de vitória. Dados mostravam queda de mortes e casos. Foi então que veio a segunda onda. Em pouco tempo, a demanda diária triplicou e o atendimento aos pacientes e familiares teve que ser conciliada com função de acompanhar a família no reconhecimento dos corpos. "Tinha dia que a gente só fazia isso, pois a quantidade de mortes era alta, infelizmente". Pensou em desistir, temia levar o vírus para casa. Contaminada, ficou afastada por 15 dias. "O que me faz continuar é que vejo que fiz alguma diferença na vida do paciente, tenho esse combustível. A alegria de fazer o paciente se sentir seguro".

ARQUIVO PESSOAL



RAFAEL LARANJEIRA

● **Enfermeiro, 38 anos**  
Ele também trabalha 84 horas semanais em dois hospitais: o Espanhol e um privado. Mesmo cansado e lutando por mais valorização do profissional de enfermagem, se considera privilegiado e busca olhar o cenário pelo lado bom, o das vidas salvas com o seu ofício. "Durmo com a cabeça tranquila sabendo que estamos nos doando ao máximo". Apesar de ter pensado em desistir, se manteve firme. "Pensei muito antes de entrar, pois estamos lidando com uma doença que pode matar. Não foi nada fácil. Eram muitas admissões, UTIs lotadas, carga horária extensa e o cenário é impactante". Em sua rotina no Espanhol, coordena duas UTIs. Além disso, faz pós-graduação em gestão na Universidade de São Paulo (USP). "Hoje procuro me especializar nessa função, exercendo o outro lado da enfermagem, o de gerir uma equipe. Isso sem deixar o contato direto com os pacientes".

DIVULGAÇÃO/H. ESPANHOL



MARCOS BARBOSA

● **Musicoterapeuta, 44**  
Marcos chegou ao Espanhol em maio de 2020. "Viram a necessidade da musicoterapia no decorrer do conhecimento de como se tratava a doença. Por causa do isolamento, o paciente de covid fica debilitado psicologicamente, estressado e ansioso". Graduado em música e com pós-graduação em musicoterapia, ele atende três vezes por semana, mas já pensa em aumentar a carga horária. Os gestores perceberam que o tratamento com música também ajuda os profissionais. Marcos conta que teve de reinventar a terapia e adaptá-la às necessidades da covid-19. "O paciente não pode cantar, pois está com falta de ar. A gente não pode aglomerar. Não pode usar muitos instrumentos pelo risco de contaminação. Tem também o cansaço, medo da contaminação, de levar a doença para casa. Mas é gratificante. Parece que a nossa vida foi destinada à isso. O sucesso transcende cansaço".

PAULA FRÓES/DIVULGAÇÃO



ÂNGELO GABRIEL

● **Analista de Compras, 28**  
"Quem está na linha de frente tem contato direto com o paciente, mas nos bastidores estou com uma demanda de medicamento que não consigo rodar. Busco fornecedor e não encontro. Isso causa exaustão", diz Ângelo, no Espanhol desde antes da inauguração. Em um ano, muitas vezes quis "largar o barco". "Várias vezes pensei em desistir por cansaço, que atrapalha nosso estado emocional. Mas a gente está num momento de guerra. Muita gente depende desse trabalho. Imagina só se falta remédio". Um dos seus estímulos é que já tomou as duas doses da vacina. O lado ruim é que, mesmo nas funções administrativas, não consegue férias. "E não tem previsão de quando vou tirar". Assim como diversos hospitais do país, o Espanhol enfrentou dificuldade na aquisição do kit intubação e sedativos, muito usados em UTI. Felizmente, graças ao trabalho de Ângelo não houve desabastecimento.

## FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



@donaldsongomes

### ÓTIMAS INTENÇÕES

A Bahia encerrou o primeiro trimestre com 37 novos protocolos de intenções de empresas que pretendem se instalar no estado. Se o cenário se confirmar, a previsão é que o estado receba R\$ 5,2 bilhões em investimentos, que vão permitir a criação de 2,2 mil novos empregos diretos e outros 3 mil indiretos, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). A imensa maioria, 86%, está prevista para cidades do interior. "Destaco que a interiorização dos investimentos continua sendo uma prioridade para o governo baiano. Fechamos 2020 com 76% dos investimentos atraídos para o interior e agora apresentamos um balanço de primeiro trimestre com números que mostram a mesma tendência", afirma o vice-governador e secretário da SDE, João Leão. Investimentos em eletricidade (Energias Renováveis) são os principais destaques.

**86**

por cento dos investimentos previstos em protocolos de intenções assinados neste ano devem acontecer no interior da Bahia

### Olho na LGO

Largo Resources, proprietária da Vanádio de Maracás, recebeu a aprovação da Nasdaq para listar suas ações ordinárias emitidas e em circulação na bolsa de valores americana. Os papéis foram lançados na última segunda-feira (19) com o símbolo comercial LGO. A empresa tem um dos depósitos de vanádio de mais alto grau do mundo na mina em Maracás. A empresa mantém a listagem na Bolsa de Toronto, também como LGO. Olho nessa sigla!

### Dia das Mães

Os shoppings baianos estão trabalhando para fazer o Dia das Mães deste ano uma data bem melhor que no ano passado, quando estavam fechados por conta da pandemia. O Bela Vista está lançando sua campanha na próxima quarta-feira (28), com um investimento de R\$ 580 mil. Para atrair a clientela, vai ter sorteio, além da promoção do tipo troque e ganhe, entre outras ações. No Salvador Norte, serão sorteados 30 prêmios entre 1º e 30 de maio. O Shopping Salvador iniciou ontem sua campanha, onde os clientes podem concorrer a 20 cartões de compras no valor de R\$ 10 mil, cada, até o dia 18 de maio. O Bela Vista projeta uma alta de 15% nas vendas, na comparação com os últimos meses, enquanto os shoppings do Grupo JCPM apostam em 15% de aumento na comparação com abril do ano passado.

### NO HORIZONTE

- **Renovação.** O Laboratório da Cetrel conseguiu manter a ISO 17025. A certificação estabelece requisitos gerais para avaliação de competência de laboratórios de ensaios e calibração.
- **Bloxx.** A Bloxx, uma das principais plataformas de investimentos alternativos do país atuando dentro da ICVM 588, acaba de lançar uma área para investidores de maior envergadura como single family offices, multi family offices e gestores de patrimônio - o Bloxx Capital.

**15**

por cento é a alta prevista por centros de compras para o período

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

## Auxílio menor deixará 61 milhões na pobreza

**CRISE** O valor do auxílio emergencial pago este ano pelo governo federal deverá deixar 61,1 milhões de pessoas vivendo na pobreza e 19,3 milhões em situação de extrema pobreza no Brasil. As informações são de um estudo publicado ontem pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made-USP).

Em 2019, os brasileiros em situação de pobreza somavam 51,9 milhões. Isto significa que este ano o Brasil terá 9,1 milhões de pobres a mais do que antes da pandemia chegar ao país, no ano passado.

No mesmo ano, antes da chegada do coronavírus, os extremamente pobres eram 13,9 milhões. Em menos de dois anos, de 2019 para cá, 5,4 milhões de brasileiros se somarão ao grupo que vive em carência extrema.

São consideradas pobres as pessoas que vivem com uma renda mensal per capita (por pessoa) inferior a R\$ 469 por mês, ou US\$ 1,90 por dia, conforme critério do Banco Mundial. Os extremamente pobres são aqueles que vivem com menos de R\$ 162 mensais.

Ontem, acabou o prazo para o trabalhador que teve a nova rodada do auxílio emergencial negada em 10 de abril contestar a decisão. Os pedidos foram feitos no Portal de Consultas da Dataprev, que fornece a relação de quem teve o benefício liberado em 2021.

Só poderia contestar quem teve o pedido processado no lote mais recente do auxílio, que incluiu 236 mil pessoas. A lista foi divulgada pelo Ministério da Cidadania no dia 12. Desde então, o trabalhador tinha um prazo de até 10 dias corridos para questionar o resultado, alterar informações e pedir novamente a concessão do benefício.

A contestação, no entanto, não poderia ser feita por qualquer beneficiário. Só quem tinha direito à reativação do benefício era quem recebia o auxílio emergencial de R\$ 600 ou a extensão de R\$ 300 em dezembro de 2020. O prazo para novos pedidos de be-

Mais de 9 milhões de brasileiros vão se somar ao grupo mais pobre da sociedade este ano por conta da crise da covid-19

nefícios acabou em 3 de julho do ano passado e não foi reaberto para a nova rodada.

Diante das muitas reclamações sobre cortes no auxílio, o Ministério da Cidadania esclareceu que, mesmo após o recebimento da primeira parcela, o auxílio emergencial pode ser cancelado a qualquer momento. O governo faz pentes finos constantes para verificar eventuais inconsistências ou irregularidades no pagamento do benefício.

Caso o pagamento seja cancelado, o beneficiário também pode contestar a decisão no site da Dataprev. É possível, ainda, reverter o cancelamento por meio de decisão judicial ou de processamentos de ofício no Ministério da Cidadania.

Ao jornal Correio Brasileiro, ontem, Luiza Nassif-Pires, Luísa Cardoso e Ana Luíza Matos de Oliveira, autoras do estudo da Made-USP, afirmaram que "o aumento da miséria esperada para esse ano revela que o auxílio emergencial com valor médio de R\$ 250 é insuficiente para recompor a perda de renda da população mais pobre em meio à pior fase da crise de saúde pública provocada pela covid-19".

"Já havia um crescimento da pobreza antes da pandemia, isso só não se agravou no ano passado devido ao auxílio emergencial de R\$ 600 a R\$ 1.200", observou a economista Ana Luíza Oliveira na reportagem do Correio Brasileiro.

O valor de R\$ 1.200 eram pagos para mulheres chefes de família no ano passado. Esse ano, esse grupo, considerado o mais vulnerável, receberá no máximo R\$ 750,00 de benefício.

### IPAD MAIS CARO É VENDIDO NO BRASIL

**R\$ 30**

mil é valor no Brasil da versão completa do iPad Pro de 12,9 polegadas, com conexão 5G e 2 TB. É a mais cara do mundo, aponta o Nukeni, site do desenvolvedor japonês Jun Saito. Nos EUA (US\$ 2,4 mil), Hong Kong (US\$ 2,4 mil) e Canadá (US\$ 2,5 mil) têm o menor preço.

### SETOR MINERAL CRESCE 15% NO 1º TRIMESTRE

**FATURAMENTO** A produção comercializada do setor mineral no Brasil alcançou 227 milhões de toneladas no primeiro trimestre deste ano, com aumento de 15% na comparação com o mesmo período de 2020. De janeiro a março de 2021, o setor faturou R\$ 70 bilhões, o que representa alta de 95% frente aos R\$ 36 bilhões obtidos no primeiro trimestre do ano passado. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade que reúne as maiores mineradoras que atuam no país. Segundo o presidente do Conselho Di-

retor do Ibram, Wilson Brumer, três fatores explicam o bom desempenho do setor, mesmo em meio à pandemia de covid-19. "As principais razões desse aumento substancial no faturamento são o crescimento da China, a alta dos preços no mercado internacional, de uma maneira geral, e a desvalorização do real." As exportações de minérios, em dólar, aumentaram 102%. A moeda norte-americana era cotada em março a R\$ 5,65. No terceiro mês de 2020, valia R\$ 4,88. Já o preço médio da tonelada de minério de ferro teve variação de 87,6%.

### INDICADORES

#### CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,454	R\$ 5,455
Dólar Turismo	R\$ 5,457	R\$ 5,633
Euro turismo	R\$ 6,550	R\$ 6,552

#### BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	119.371,48	-0,58%

#### POUPANÇA

23/4/2021 0,1190%

#### SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

#### INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,93%	2,05%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	1,96%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	31,10%

# Infraestrutura ruim provoca desemprego e pobreza

**Política & Economia** Bahia precisa de mais portos e ferrovias, acredita Paulo Villa

## Redação

REPORTAGEM

redacao@correio24horas.com.br

O baixo desenvolvimento econômico, com desemprego e pobreza historicamente altos, passa por deficiências na área de infraestrutura, acredita Paulo Villa, diretor-executivo da Associação dos Usuários de Portos da Bahia (Usuport). Segundo ele, com melhores condições para a movimentação da produção de empresas baianas, haveria mais oportunidades e consequentemente mais distribuição de riquezas.

A Usuport, primeira associação brasileira criada para representar donos de cargas, vem travando batalhas desde a sua criação em 2004 na defesa da melhoria das condições para as operações logísticas na Bahia. Paulo Villa foi o convidado do programa Política & Economia, veiculado no Instagram do CORREIO (@correio24horas), apresentado pelo jornalista Donaldson Gomes.

“Houve um crescimento na oferta de portos, rodovias e uma melhora também em ferrovias, mas o Brasil ainda é muito pobre em infraestrutura de transporte de cargas, tem um longo caminho para melhorar”, avalia. Para ele, isso é fruto de um descaso em relação ao assunto nas últimas três décadas, principalmente. “Este é um processo que aconteceu em todo o Brasil, mas eu diria tristemente que a Bahia ficou mais de lado ainda. Ficou esquecida, estagnada nesta área”, ressalta.

Tanto a recepção de insumos quando o escoamento de produção fazem parte das atividades empresariais. “Toda empresa, independente do setor, foca muito no seu core business (atividade principal) e o Brasil tem as melhores práticas neste sentido. O Brasil tem ótimas práticas industriais, tem sido competitivo na agricultura, mas o comércio é muito bom,

mas os problemas se dão do portão da empresa para fora”, exemplifica.

“Quem produz aqui se depara com portos ineficientes, com operações caras, problemas regulatórios muitas vezes graves, estradas congestionadas. Uma via acima da sua capacidade provoca um maior número de acidentes, seguros são mais altos e isso traz uma série de limitações”, pondera.

Para o diretor da Usuport, a qualidade do transporte ferroviário no Brasil hoje é elevada quando se tratam de grandes cargas, como minério e grãos. Entretanto, ainda tem um longo caminho para evoluir quando se tratam das cargas gerais, basicamente o transporte ferroviário em contêineres, o processo ainda é muito incipiente, acredita. “Tem muita coisa para ser feita e a logística é o que acaba por dar competitividade às empresas”, destaca.

Paulo Villa cita como exemplo a produção de frutas no Vale do São Francisco. Segundo ele, em muitos casos, o lucro do produtor rural fica na logística. “Existem muitas situações em que o ganho do produtor fica numa das etapas do transporte e no final das contas ele acaba trocando dinheiro”, diz.

Ele cita um relatório do Fórum Econômico Mundial que coloca o país em uma posição sofrível em relação à infraestrutura de transportes. “O único modal em que nos damos relativamente bem é o aéreo”, diz. Para ele, o outro lado da questão é que todas essas deficiências indicam, por outro lado, muitas oportunidades de negócios, “há muito para fazer”.

## FERROVIAS

O diretor-executivo da Usuport acredita que a vitória da Bamin no leilão para a concessão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) foi o melhor resultado que se poderia esperar para a Bahia. “É uma empresa baiana, associada da Usuport, que vai explorar a ferrovia e uma mina

Donaldson Gomes, editor do CORREIO (acima), com Paulo Villa, diretor-executivo da Usuport, durante o programa Política & Economia, veiculado ontem



●● Houve um crescimento na oferta de portos, rodovias e uma melhora também em ferrovias, mas o Brasil ainda é muito pobre em infraestrutura de transporte de cargas

●● Quem produz aqui se depara com portos ineficientes, com operações caras, problemas regulatórios muitas vezes graves, estradas congestionadas

●● A Fiol fará a Bahia vai se tornar, ao lado de Minas Gerais e o Pará, um dos estados produtores de minério de ferro. É algo novo para nós e vai acontecer em um grande volume Paulo Villa Diretor da Usuport

de minério de ferro também aqui na Bahia”, diz. Ele considera importante para o estado que ele se torne capaz de produzir minério de ferro. “A ferrovia fará a Bahia vai se tornar, ao lado de Minas Gerais e o Pará, um dos estados produtores de minério de ferro. É algo novo para nós e vai acontecer em um grande volume”, projeta.

Entretanto, Villa acredita que num primeiro momento, será uma ferrovia de um minério, de uma carga e de um cliente. “A partir do médio prazo é que deveremos ter novas cargas e outros clientes”, ressalta.

Um segundo aspecto positivo destacado por Paulo Villa está na ligação entre o Centro-Oeste e o litoral, a chamada Oeste-Leste. “No passado, foi servido um grande banquete no país, mas apenas para o Sudeste, entre Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, quando aconteceu a industrialização do país. A Bahia participou apenas fornecendo mão de obra”, diz. “Agora temos um novo banquete acontecendo no Centro-Oeste, com o boom do agropólio e o país respondendo com a produção que alimenta mais de 1 bilhão de pessoas no mundo. Isso nos dá uma responsabilidade muito grande sob o ponto de vista logístico e é aí que entra a Fiol”, pondera.

Apesar de sua importância, Paulo Villa acredita que sozinha a Fiol não será suficiente para resolver os problemas da Bahia em termos de estrutura férrea. “A Fiol precisa fazer parte de uma estrutura logística, de um sistema. O cruzamento dela com a Ferrovia Nordeste-Sul e com a Fico (Ferrovia de Integração do

Centro-Oeste cria densidade de cargas e oportunidades de negócios”, acredita.

Ele lembra ainda a necessidade de garantir a recuperação da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) e a sua conexão a este sistema logístico. “Essa ferrovia precisa ser conectada à Fiol e funcionando bem”, acredita.

A Usuport defende que o trecho baiano da FCA seja desmembrado do conjunto da ferrovia em uma eventual renovação antecipada da concessão do equipamento para a VLI. “No decorrer dos anos, a FCA tirou valor da estrutura logística da Bahia, no lugar de agregar valor”, diz. Segundo Paulo Villa, foram desativados serviços e trechos que eram operados no passado.

Para o executivo da Usuport, existe espaço para investimentos novos e mais arrojados nos portos públicos da Bahia. “Nós temos um potencial de cargas que é fabuloso, mas se nós não ampliarmos os nossos portos, as nossas indústrias irão enfraquecer”, acredita.

REPRODUÇÃO



# Satélite



## Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

[jairo.junior@redabahia.com.br](mailto:jairo.junior@redabahia.com.br)

@satelite

**Toda a nossa solidariedade à prefeita, eleita de forma democrática. Repudiamos violência e estamos certos de que a SSP vai garantir a proteção dela e de seu grupo político Adolfo Menezes**

Presidente da Assembleia, ao manifestar apoio a Eliana Gonzaga, do Republicanos, alvo de ameaças de morte desde que assumiu a prefeitura de Cachoeira, cidade pela primeira vez comandada por uma mulher e negra

## Conversa de quarteto

O presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, desembarca hoje em Salvador para discutir as cotas do partido em torno da sucessão estadual de 2022. Na capital, Lupi vai almoçar na residência do deputado federal Félix Mendonça Júnior, que comanda a sigla na Bahia, com o prefeito Bruno Reis (DEM) e o secretário de Saúde da capital, Leo Prates, virtual candidato à Câmara dos Deputados pelo PDT. A integrantes da cúpula da legenda, Lupi antecipou o desejo em também se aliar ao DEM na disputa pelo governo da Bahia, mas deixou claro que qualquer passo depende do aval prévio de Félix Jr. O presidente estadual da sigla, no entanto, garantiu a interlocutores próximos que qualquer posição mais clara só será tomada no últimos meses deste ano.

### MADE IN BAHIA

A visita de Lupi ocorre um dia após Ciro Gomes, pré-candidato do PDT à Presidência, confirmar a contratação do baiano João Santana para tocar sua campanha. Ex-marqueteiro de Lula e Dilma Rousseff, Santana é muito ligado ao irmão de Ciro, o ex-governador cearense Cid Gomes.

## Cerco tricolor

Listado entre as apostas para compor a chapa da oposição na corrida pelo Palácio de Ondina, a partir de um eventual ingresso no PDT, o presidente do Bahia, Guilherme Bellintani, entrou no radar do MDB, de acordo com cardeais aliados ao DEM. O interesse seria atrair um nome com competitividade para que os emedebistas possam brigar por uma vaga no palanque principal dos democratas.

## Palavra de Minerva

Tido como o mais influente cacique do MDB na Bahia, o ex-deputado federal Lucio Vieira Lima nega qualquer ofensiva para atrair Bellintani. "Gosto muito dele, é meu amigo, um cara capaz, planejado, realizador e altamente capacitado, mas não há essa conversa. Se existe, esqueceram de combinar com os russos", disparou Lúcio.

## Bau liberado

Relator da Faroeste no STJ, o ministro Og Fernandes liberou o acesso da desembargadora presa Maria do Socorro Barreto Santiago e de sua filha, a cantora Amanda Santiago, às delações que dão base à ação movida contra elas por suposta ligação com a venda de sentenças na Justiça baiana.

## Ponto de parada

Um pedido vistas conjunto feito pelos deputados estaduais Tiago Correia (PSDB) e Soldado Prisco (PSC) impediu ontem a votação do projeto de lei que determina a devolução, ao patrimônio do estado, dos terrenos concedidos à iniciativa privada para viabilizar empreendimentos empresariais, mas que não foram efetivamente aproveitados. Pelo regimento, os dois parlamentares têm 48 horas para devolver a proposta à pauta de votações da Assembleia Legislativa.

## Cara nova

Cerca de dois anos após o fechamento, a antiga loja da Comercial Ramos na Avenida ACM já tem futuro definido. Abrigará a quarta unidade na capital da rede Atacadão, braço do Grupo Carrefour para o segmento de hipermercados híbridos (atacado e varejo) no país.

Patrimônio Bahia apresenta

# CENTRO HISTÓRICO EM AÇÃO

Diálogos

LIVE

Tema: Segurança pública e uma gestão compartilhada

29/04, às 16h

TRANSMISSÃO: ADMINSTITUTO

MEDIADOR: LEONARDO RÉGIS

Assinaturas: Rede Bahia, Administração, Prefeitura, Senado, Assembleia Legislativa, ANIE

**PIN PETROQUÍMICA PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/ME 05.566.996/0001-10

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.** Ficam convidados os acionistas da Cia. a se reunir no dia 29/04/21, às 14h, na sede social localizada na R. Miguel Calmon, 398, 7º and/parte, Comércio, Salvador/BA, para deliberar sobre: **I) EM AGO:** (a) o relatório da administração, parecer dos auditores independentes e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 2020; (b) a destinação do resultado de 2020 da Cia.; e (c) a reeleição do Conselho de Administração; **e II) EM AGE:** (a) a remuneração dos Administradores. Salvador, 20/04/21. Conselho de Administração.

**BAHIA HOLDING S.A.**  
CNPJ/ME 04.768.114/0001-37

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.** Ficam convidados os acionistas da Cia. a se reunir no dia 29/04/21, às 13h, na sede social localizada na R. Miguel Calmon, 398, 7º and/parte, Comércio, Salvador/BA, para deliberar sobre: **I) EM AGO:** (a) o relatório da administração, parecer dos auditores independentes e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 2020; (b) destinação do resultado de 2020 da Cia.; (c) a reeleição dos membros Conselho de Administração; **e II) EM AGE:** (a) a remuneração dos Administradores. Salvador, 20/04/2021. Conselho de Administração.

**ALEUTAS S.A.**  
CNPJ/ME 04.768.106/0001-90

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.** Ficam convidados os acionistas da Cia. a se reunir no dia 29/04/2021, às 12h30, na sede social localizada na R. Miguel Calmon, 398, 7º and/parte, Comércio, Salvador/BA, para deliberar sobre: **I) EM AGO:** (a) o relatório da administração, parecer dos auditores independentes e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 2020; (b) destinação do resultado de 2020 da Cia.; (c) a reeleição dos membros do Conselho de Administração; **e II) EM AGE:** (a) remuneração dos Administradores. Salvador, 20/04/21. Conselho de Administração.

**SALVADOR GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS LTDA**  
CNPJ/ME 08.947.742/0001-30  
NIRE 29203050171

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE SÓCIOS. CONVOCAÇÃO.** Pelo presente, ficam convocados os senhores quotistas desta Sociedade a se reunirem em Reunião Ordinária de Sócios que se realizará às 10:15h do dia 30 de abril de 2021, em ambiente virtual, de modo digital exclusivamente, somente admitida, portanto, a votação à distância dos sócios, para todos os efeitos, equivalente à presencial por meio da plataforma Teams, através do link disponibilizado aos quotistas no Portal do Acionista. Serão também disponibilizados no Portal do Acionista os documentos e informações previstos na Instrução Normativa DREI nº 81/2020. A participação do sócio na Reunião digital está condicionada ao envio, à sociedade, de cópia de seu documento de identidade, caso deseje participar diretamente da Reunião, ou de envio de procuração e documento de identificação do procurador, na forma preconizada na citada IN nº 81/2020, que deverão ser encaminhados em até 48h antes do horário previsto para sua realização. A reunião terá a seguinte ordem do dia: 1) avaliação e aprovação das contas da administração do exercício de 2020; e 2) deliberação acerca da destinação do resultado e aprovação da distribuição de dividendos no exercício de 2020; bem como outros assuntos de interesse geral. Salvador, 21/4/2021. Jaime de Queiroz Lima Filho – Diretor.

**SENAC**  
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2021 - LICITAÇÃO Nº 868336

O SENAC – DR/BA torna público o Edital de Pregão Eletrônico nº 09/2021. **OBJETO:** Aquisição, instalação, configuração e garantia de Solução de Telecom Móvel, a ser realizada na sede do SENAC, estabelecida à Av. Tancredo Neves, nº 1.109, Ed. Casa do Comércio Deraldo Motta, Caminho das Árvores, na cidade do Salvador/BA, e configurada para as demais Unidades do SENAC, localizadas no estado da Bahia. **Recebimento das Propostas:** Das 10h do dia 23/04/2021 até às 10h do dia 04/05/2021 (Horário de Brasília). **Abertura das Propostas:** Dia 04/05/2021 às 10h (Horário de Brasília). **Início da Sessão Pública:** Dia 04/05/2021 às 15h (Horário de Brasília). Local: www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão adquirir o Edital no site www.licitacoes-e.com.br e obter informações pelo telefone (71) 3192-3809/3816, nos horários de 09h às 12h30min e 14h30min às 17h, dias úteis, ou através do e-mail: comissao.licitacao@ba.senac.br.

Salvador, 23 de abril de 2021.

# Tribuna

## Bahia aumenta faturamento no setor de mineração

Levantamento considera os dados do primeiro trimestre de 2021. Estado continua entre os maiores produtores do setor

LILY MENEZES  
ESTAGIÁRIA

**A** Bahia começou o ano de 2021 alcançando um crescimento significativo na produção de minerais. Nos três primeiros meses de 2021, o faturamento do Estado bateu a marca dos 2 bilhões de dólares, contra o índice de 1,1 bilhão atingido no mesmo período do ano passado. O crescimento de 94% na receita foi revelado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBAM), durante coletiva de imprensa realizada nesta quinta-feira (22). Na ocasião, a entidade apresentou o resultado do levantamento de desempenho do setor mineral no Brasil. No primeiro trimestre deste ano, foram produzidas 227 milhões de toneladas de minérios, superando em 15% o contingente de

2020 (198 milhões). O faturamento total também deu um salto considerável mesmo com a pandemia: os minérios do Brasil geraram 70 bilhões de reais até o momento. "Nós estamos vivendo um ciclo de recuperação, em função do que aconteceu. O Brasil, a meu ver, continuará sendo um grande produtor de minérios, mas será preciso fazer ainda mais pesquisa", disse Wilson Brumer, presidente do conselho diretor do IBAM.

### CONSTRUÇÃO CIVIL

O representante da entidade elencou fatores determinantes para o bom desempenho regional e nacional. O principal foi a exportação, que contribuiu para o equilíbrio da balança comercial brasileira: a mineração responde por 22% dos 55,65 bilhões de dólares movimentados com a venda de produ-

tos no período do levantamento. "A China é o principal consumidor de produtos minerais. Mesmo com a crise, foi o país com cujo PIB mais cresceu neste ano", disse Brumer. A desvalorização do real acabou criando um cenário mais favorável para a aquisição dos minérios por outros países. A maior demanda vem da construção civil, que adquire ferro e cobre. "O minério de ferro é a matéria-prima do aço. E o cobre é utilizado em circuitos elétricos, fios, cabos, etc. Quando a construção civil se aquece, aumenta a demanda", explicou Rafael Avena, diretor-técnico da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM). O ferro é o carro-chefe da indústria, que apenas neste começo de ano dobrou o valor de exportações arrecadado: o primeiro trimestre de 2021 gerou 9,3 bilhões de dólares, superando os 4,6 bilhões de 2020.



### MINERAIS

Nos três primeiros meses de 2021, o faturamento do estado bateu a marca dos 2 bilhões de dólares

Foram 81,3 milhões de toneladas para o exterior.

### OPORTUNIDADES

A mineração na Bahia traz uma corrente de oportunidades. Dos 417 municípios que compõem o Estado, 221 exploram pelo menos um dos 52 tipos de minerais ao longo de mais de 18 mil hectares de área. São 535 produtoras, que geraram 14,8 mil empregos diretos e indiretos. Dentre os municípios com maior destaque no setor de

minérios, estão Caetité (ferro), Jaguarari (cobre), Barrocas, Jacobina, Santa Luz (ouro) e Itagibá (níquel). Os bons resultados impactam diretamente na Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM): no período avaliado pelo IBAM, a Bahia arrecadou 35 milhões de reais. 60% da arrecadação fica com os municípios mineradores. "Mais municípios estão sendo beneficiados", afirmou o diretor-presidente do IBAM Flávio

Penido. O recurso gerado pela CFEM é usado para a recuperação do meio ambiente, no desenvolvimento da infraestrutura das cidades e atração de novos investimentos. Dos 81 municípios contemplados nos projetos selecionados pelas mineradoras, cujos investimentos terão o aporte de US\$ 38 bi, 28 estão na Bahia. O montante que será injetado no mercado minerador do Estado é de aproximadamente 13 bilhões.

# Tribuna

## Movimentação nos portos da Bahia aumentou

YURI ABREU  
REPORTER

**E**m que pese o Brasil e a Bahia estejam enfrentando uma pandemia de covid-19, um dos setores que tem motivos para comemorar, mesmo com este cenário, é o do transporte de cargas aquaviário. Aqui no estado, de acordo com a Companhia das Docas da Bahia (Codeba), no balanço dos últimos sete meses (setembro de 2020 a março de 2021), os portos administrados pela instituição (Aratu/Candeias, Salvador e Ilhéus) registraram resultados superiores, na movimentação de cargas, em relação aos mesmos períodos dos três anos anteriores.

Somente no acumulado deste ano – janeiro a março –, os três equipamentos tiveram um aumento de 24,42%, em relação ao primeiro trimestre de 2020. Divulgado nesta semana, o último Relatório da Administração da Companhia mostrou ainda um aumento significativo na movimentação do primeiro trimestre deste ano, quando levados em consideração os números de 2019 e 2020.

No mês passado, foram

movimentadas 1.087.715 toneladas, um aumento de 11,88%, em relação ao mesmo período de 2020. Os meses de janeiro e fevereiro registraram altas de 36,16% e 28,1%, respectivamente. O desempenho estável é reflexo das operações nos três Portos. Em janeiro de 2021, a Companhia alcançou a marca de 1.095.335 toneladas. Foi o melhor mês de janeiro da história, ultrapassando 1 milhão de toneladas no período, segundo a entidade.

Por portos, especificamente, o de Aratu/Candeias registrou, em março passado, acréscimo de 36,17%, com alta na movimentação de grãos líquidos e sólidos. No Porto de Salvador, em fevereiro de 2021, foram movimentadas 436.919 toneladas, 7,02%, a mais que em fevereiro de 2020. Também no mês passado, a movimentação de contêineres obteve alta de 1,6%. Os principais produtos movimentados foram: químicos, trigo, arroz, celulose e metais/siderurgia. Já no de Ilhéus, no sul da Bahia, até julho, devem ser embarcadas cerca de 240 mil toneladas de soja, além de outras cargas a exemplo do cacau.

"A atualização do planejamento foi o passo inicial



Foto: Reginaldo Ipê

**CARGAS** Três equipamentos baianos tiveram aumento de 24,42% este ano

para alcançar bons resultados. A partir dele, estabelecemos metas e indicadores para um plano de ação alinhado aos objetivos. A integração das diretorias, que acompanharam a execução de ações conjuntas, permitiu, por exemplo, retomar espaço perdido para os TUPs, com investimentos em infraestrutura", avalia o diretor-presidente da Companhia das

Docas da Bahia, Carlos Auran Amaral.

Quem corrobora com a fala do executivo da entidade é a diretora empresarial e de relações com o mercado da Codeba, Ana Paula Calhau. De acordo com ela, o rendimento atingido pelos três portos administrados pela entidade no estado se deve ao atual modelo de gestão pela autoridade portuária, que

visa eficiência, transparência e uma maior competitividade.

"Temos uma relação direta com os atores envolvidos do setor, entre eles donos de cargas e operadores portuários. Além disso, vale ressaltar o potencial enorme que a Bahia tem, uma vez que os portos estão localizados geograficamente em locais privilegiados, operando 24 horas. Entendemos que portos

são um setor fundamental para o abastecimento do país, uma vez que transportam e armazenam cargas de grande relevância, sendo de um destaque amplo para o desenvolvimento econômico do Brasil", afirmou ela.

Segundo a gestora, ainda é cedo para se falar em porcentagem ou estimativas para os meses seguintes. Contudo, o objetivo é o de bater as metas quanto a capacidade de movimentação, quebrando recordes. Para isso, ela pontuou os investimentos que já foram e estão sendo feitos nos três portos baianos, principalmente nos de Aratu/Candeias e Ilhéus.

"No Porto de Aratu tivemos dois leilões importantes que darão uma relevância grande e visibilidade no mercado. Além disso, temos uma ferrovia controlada pela VLI, o que nos dá um fomento conjunto. A junção dos modais é importante, pois fortalece a capacidade do operador logístico. A nossa crença é a de que a gente vai conseguir melhorar a movimentação. Em Ilhéus, vamos ter áreas para realizar leilões e os estudos estão em andamento, o que vai dar um incremento ao porto", disse Ana Paula Calhau.

# Tribuna

## Mundo pode perder 1/5 do PIB sem ação climática, é o que mostra um estudo

G1

O mundo pode perder até 18% da produção econômica até 2050 se as mudanças climáticas não forem controladas, com a Ásia particularmente em risco, mostrou um estudo divulgado pela resseguradora Swiss Re, ontem.

O relatório indica que a produção poderia se reduzir em quase 1/5 do resultado atual caso nenhuma ação mitigadora seja tomada. Nesse cenário, as temperaturas subiriam cerca de 3,2 graus centígrados. Se as metas do Acordo de Paris forem cumpridas e a temperatura subir menos de 2°C, a perda pode ser limitada a 4%, apontou o estudo.

A pesquisa examinou como 48 economias seriam

afetadas pelos efeitos das mudanças climáticas em quatro cenários diferentes de aumento de temperatura.

"As economias da Ásia seriam as mais atingidas, com a China correndo o risco de perder quase 24% de seu PIB em um cenário severo, enquanto a maior economia do mundo, os Estados Unidos, perderia perto de 10% e a Europa quase 11%", mostrou o relatório. Como o aquecimento global torna o impacto dos desastres naturais relacionados ao clima mais severo, ele pode levar a perdas substanciais de renda e produtividade ao longo do tempo, disse o relatório.

O aumento do nível do mar, por exemplo, resulta na perda de terras que poderiam ter sido usadas de forma produtiva, enquanto o estresse térmico pode levar a perdas de

safras. As economias emergentes nas regiões equatoriais seriam as mais afetadas pelo aumento das temperaturas. Das 48 economias medidas, o Brasil fica em 38º lugar dentre as mais resilientes aos efeitos perversos de mudanças climáticas.

São analisados quatro aspectos e atribuídas notas para cada um: impacto geral no PIB do país, risco de secas, risco de cheias e adaptabilidade da economia. Todas formam um índice geral que coloca países com bons resultados nas primeiras posições.

O Brasil tem risco baixo apenas de cheias prejudiciais (8º lugar). São consideráveis a perda possível no PIB (34º lugar), a vulnerabilidade a secas extremas (42º lugar) e a capacidade de adaptação (33º lugar).

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidades
Data 23/04/2021	Página: 09

# Tribuna

## Bahia recebe mais 222.500 doses de vacinas

Uma nova remessa com 222.500 doses de vacinas contra a Covid-19 chegou à Bahia nesta quinta-feira (22). O avião que trouxe os imunizantes pousou no aeroporto de Salvador por volta das 17h. Do total, 180.500 foram produzidas pela Fiocruz/Astrazeneca/Oxford e 42.000 pelo Butantan/Sinovac. Com esta nova carga, a Bahia chega ao total de 3.893.450 doses de vacinas contra a Covid-19 recebidas.

Os imunizantes que che-

garam hoje começarão a ser enviados para os municípios em aeronaves do Grupamento Aéreo da Polícia Militar e da Casa Militar do Governador, após conferência da equipe da Coordenação de Imunização do Estado. Elas serão remetidas, exclusivamente, aos municípios que aplicaram 85% ou mais das doses anteriores. Esta foi uma decisão da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), que é uma instância deliberativa da Saúde e reúne representantes dos

417 municípios e o Estado.

Esta nova remessa dará possibilidade para que continuem sendo imunizados os idosos acima de 60 anos, de forma escalonada, profissionais de saúde, população quilombola, pessoas com doença renal crônica em tratamento de hemodiálise, profissionais das forças de segurança e trabalhadores da educação com 55 anos ou mais. Os municípios que conseguiram concluir a vacinação dos idosos também po-

dem começar a aplicar as doses na população com comorbidades.

Na avaliação do secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, "a chegada de mais doses de vacinas representa uma esperança para a sociedade". Vilas-Boas ainda destaca que a "Bahia continua aguardando a liberação da Anvisa para a importação da vacina Sputnik V adquirida pelo governador Rui Costa para avançarmos mais rápido na imunização".

## SAÚDE

# Hospital Espanhol completa um ano de reabertura

No dia 22 de abril de 2020, o Hospital Espanhol reabria as portas com a missão de receber exclusivamente pacientes de Covid-19, que começavam a se multiplicar pela Bahia e pelo mundo. Um ano depois, nesta quinta-feira (22), com a presença do secretário da Saúde, Fábio Vilas Boas, uma discreta solenidade, sem aglomeração, celebrou milhares de vidas salvas na unidade. O Hospital Espanhol está operando atualmente com 240 leitos e uma média móvel de 80% de ocupação, um dos maiores índices já registrados até o momento, desde o início da pandemia, e que vem se mantendo nos dois últimos meses. Até esta data, a unidade já registrou 4.013 internações, 2.474 altas. Infelizmente, foram registrados também 1.084 óbitos.

O secretário Fábio Vilas

Boas afirmou que "a reabertura do Hospital Espanhol foi uma conquista do Governador Rui Costa, que obteve a cessão para a pandemia, pela justiça do trabalho". O secretário destaca a importância da reabertura do Espanhol no começo da pandemia. "Ele absorveu toda a primeira onda e, quando nós ampliamos de 80 leitos de UTI para 160, ele ajudou a absorver a segunda onda. Hoje é um dos principais hospitais, tanto de leitos de UTI quanto clínicos e de assistência respiratória, de todo o estado da Bahia, junto com o Metropolitano e o Couto Maia".

O diretor-geral do Hospital Espanhol, Romulo Curi, ressaltou a competência e a dedicação da equipe. "Nós temos hoje em torno de 1200 colaboradores, dos diversos formatos. Não podíamos deixar de registrar



Foto- Romildo de Jesus

### COVID-19 Unidade é referência no atendimento à doença

esse marco de um ano de dedicação, a maioria de casos de vitórias, mas também algumas perdas. É um ano de uma dedicação sem igual, sem precedente, de um estresse físico e mental que nós, da área de

saúde, nunca experimentamos antes. Então a gente precisava agradecer a toda essa doação da equipe, à parceria do Governo do Estado, e a gente espera que dias melhores cheguem em breve".

## Pacheco quer votar novo Refis no Senado nas primeiras semanas de maio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), pretende colocar em pauta no início de maio projeto de lei que prevê a nova rodada do Refis, programa de refinanciamento de dívidas tributárias das empresas.

Durante reunião de líderes na manhã desta quinta-feira (22), os senadores propuseram que a pauta de votações dedicasse espaço para a análise de iniciativas relacionadas com a economia, o que contou com a concordância de Pacheco.

O presidente do Senado então decidiu dedicar as suas primeiras semanas de maio para análise de pautas econômicas, que estão represadas por causa da pandemia, mais ligadas com o contribuinte -e não grandes questões estruturais da economia e de infraestrutura.

"Alguns senadores propuseram que sejam votadas nas próximas semanas um conjunto de projetos da área econômica, mas não da área setorial. Um deles é importante para repercutir seria o novo Refis, em função da pandemia. O presidente anuiu e indicou que vai colocar vários projetos dessa natureza, do mesmo assunto, do mesmo âmbito, nas primeiras semanas de maio, na primeira quinzena de maio", afirmou o líder da minoria, senador Jean Paul Prates (PT-RN), em conversa com os jornalistas após a reunião.

"Então na primeira semana de maio deveremos ter sessões para tratar dessa pauta represada da área econômica, especialmente esse do Refis", completou.

Pacheco vem defendendo publicamente um novo Refis, por causa dos danos provocados pela pandemia para a economia brasileira. O programa oferece condições mais vantajosas e mesmo deduções para quem quitar suas dívidas tributárias com o **fisco**.

Jean Paul Prates afirma que a proposta não vai enfrentar uma "resistência tão dura", justamente por conta dos efeitos da pandemia.

No entanto, a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) vem mostrando oposição nos bastidores.

Técnicos da pasta se posicionam de forma contrária e defendem que não há necessidade de criar mais um Refis, principalmente porque já existem instrumentos de renegociação para os afetados pela pandemia. Afirmam que uma medida ampla, como um Refis, poderia abrir

margem para que empresas não afetadas pela pandemia pudessem aderir ao programa.

Pacheco destinou para relatar o projeto -que é de sua autoria- o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), que se tornou o responsável pelas articulações.

A minoria e oposição também busca aproveitar essas sessões com pautas econômicas para colocar em pauta uma proposta que revê a faixas de contribuição do Imposto de Renda. O projeto de autoria do líder do MDB, Eduardo Braga (MDB-AM), é relatado por Prates.

"Eu agreguei um projeto que estou relatando, que é de autoria do senador Eduardo Braga, que diz respeito às faixas de isenção do Imposto de Renda da pessoa física. É um projeto que amplia a faixa de isenção", afirmou.

Prates explica que o texto original estabelecia uma quota única de 27,5% para os valores acima da isenção. Em seu texto, ele estabelece novas faixas, de forma a tornar "mais justa a incidência acima da isenção", afirmou.

Prates afirma que o projeto também cria uma alíquota de 15% para os dividendos recebidos pelas empresas - que até o momento são isentos.

Antes das sessões destinadas para as questões econômicas, o Senado deve apreciar na próxima quinta-feira (29) projeto de lei que determina a quebra de

patente de vacinas e medicamentos contra a Covid-19.

A proposta chegou a entrar na pauta do plenário da Casa, mas foi retirada a pedido do governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). A iniciativa enfrenta resistência do governo e também de empresários brasileiros, que alegam que o acesso à vacina não vai ser acelerado com a quebra da patente, além de resultar em dificuldades futuras para o país, por conta de regras de propriedade intelectual.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Medicamento, Vacina | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO

## Bolsonaro supera Dilma, e país fica sem Orçamento por maior período em 15 anos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

As discussões sobre o Orçamento fizeram o governo Jair Bolsonaro (sem partido) passar a marca de 110 dias desde o começo de 2021 sem a sanção do texto. Isso corresponde a um recorde nos últimos 15 anos.

A demora na sanção do Orçamento afetou o lançamento de medidas ligadas ao combate à Covid-19 neste ano e também tem limitado a execução de despesas do governo, que tem precisado pensar em diferentes saídas legais para liberar recursos.

A espera pela sanção em 2021 ultrapassou a observada em 2015, durante o governo de Dilma Rousseff (PT). A petista assinou o texto em 20 de abril daquele ano.

Dilma registrava naquele exercício o segundo ano

seguido de déficit nas contas públicas. Em meio ao aperto, governo e Congresso discutiam a destinação de recursos a itens como **emendas parlamentares** e fundo partidário.

Apesar disso, Bolsonaro não passou o atraso registrado em 2006, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O petista só assinou o texto em 16 de maio daquele, o que ainda corresponde à maior demora desde então.

Também houve sanções com atraso durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O recorde é de Itamar Franco, em 1994, quando foi implementado o Plano Real. A nova moeda foi lançada em julho daquele ano, e a peça orçamentária só foi publicada em novembro.

Bolsonaro ainda não efetuou a sanção por atrasos na discussão orçamentária com o Parlamento desde o ano passado e porque há problemas no texto gerados por responsabilidade tanto do governo --que deixou de considerar a inflação atualizada para calcular despesas obrigatórias, que acabaram subestimadas-- como do Congresso, que aceitou os números recebidos e ainda fez outros cortes em itens compulsórios com objetivo de abrigar **emendas parlamentares**.

O texto prevê inclusive a mesma pedalada que derrubou Dilma. Agora, Bolsonaro precisa vetar ao menos parcialmente **emendas parlamentares** do texto para não correr o risco de ser acusado de crime de responsabilidade contra a lei orçamentária.

Para não desagradar o Congresso, que não abre mão de seus recursos, a estratégia demandou a costura de um acordo com os parlamentares -o que prolongou ainda mais as discussões.

A proposta foi aprovada pelo Congresso em 25 de março. O presidente tem 15 dias úteis para sancionar ou vetar o texto após recebê-lo formalmente, o que se encerra nesta quinta-feira (22). Se não assinar, o Orçamento passa a vigorar automaticamente -o silêncio é considerado sanção.

O senador Marcio Bittar (MDB-AC), relator do Orçamento de 2021, disse nesta terça-feira (20) após reunião no Palácio do Planalto que a sanção ficará para o último dia. Ele também aproveitou para criticar parte do governo por comentários feitos sobre a atuação do Congresso no processo.

"Me incomodou muito naquele primeiro momento ficar ouvindo repetidas vezes que setores do governo estariam surpresos com aquela conta e também surpresos de onde foi cortado", disse Bittar.

Embora a legislação tenha aberto brechas ao longo dos anos para liberar despesas mesmo sem a sanção do Orçamento, parte relevante das verbas fica sob uma trava.

A IFI (Instituição Fiscal Independente, braço do Senado que monitora as contas públicas) lembra que neste ano estavam condicionados R\$ 450 bilhões que estouravam

a chamada da regra de ouro das contas públicas. O valor começaria a ter a execução impedida a partir de março. Nesse caso, a abertura dos créditos só poderia acontecer após a publicação do Orçamento.

A regra de ouro determina que a dívida não pode superar a despesa de capital --basicamente, os investimentos. Como o governo não consegue cumprir essa norma há três anos, precisa receber aval do Congresso para se endividar e direcionar tais recursos a despesas correntes, como salários e aposentadorias.

Com a trava, ficaram em risco pagamentos como salários do Executivo, **precatórios (dívidas públicas)** reconhecidas pela Justiça), aposentadorias, pensões e serviços considerados essenciais como a operação de carros-pipa no Nordeste.

O governo precisou recorrer a diferentes saídas legais. Uma delas foi um projeto enviado ao Congresso para trocar a forma de financiamento de parte das despesas para que elas fossem bancadas com superávits financeiros de anos anteriores.

"Neste ano, foi necessário aprovar um projeto de lei que permitiu trocar fontes orçamentárias para viabilizar a execução provisória de gastos correntes essenciais cujas fontes eram a emissão de dívida", afirmou a IFI em relatório.

O governo também precisou emitir créditos extraordinários para não interromper a operação de carros-pipa enquanto o Orçamento não era aprovado. Além disso, a demora da peça atrasou a liberação de medidas para combater a pandemia do novo

coronavírus e seus efeitos.

Secretaria da Fazenda - Dívida Pública

Isso porque, entre os problemas relatados, havia insegurança na equipe econômica quanto a criar créditos extraordinários, que são autorizados somente em casos imprevisíveis, sem um Orçamento sancionado, o que, em tese, poderia abrir caminho para acomodar medidas dentre as despesas tradicionais.

A preocupação foi descrita há algumas semanas por Bruno Bianco, secretário especial de Previdência e Trabalho, ao ser questionado sobre os motivos de o programa de **emprego** ainda não ter sido lançado.

"Ainda que lancemos mão de crédito extraordinário, existe a preocupação de que não teremos a segurança necessária. Porque você poderia ter o espaço para fazer dentro do Orçamento. Se não temos o Orçamento, isso cria uma insegurança", disse Bianco há menos de duas semanas.

Nesta terça, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que essa e outras medidas adotadas também em 2020 para combater os efeitos da pandemia, como o reforço no crédito, virão após a sanção do Orçamento.

"Agora vêm as novas camadas de proteção. O auxílio emergencial já foi disparado e, com a aprovação do Orçamento, vêm os outros programas bem-sucedidos do ano passado", disse.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Emendas Parlamentares | Procuradoria Geral do Estado - Precatórios | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Emprego | SEFAZ -

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 23/04/21	



## RUI COSTA DIZ QUE ESTADOS VÃO ADOPTAR MEDIDAS PARA PRESERVAR MEIO AMBIENTE



admin 23 Abril, 2021

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), afirmou que os Estados vão adotar medidas e estratégias para preservar e valorizar o meio ambiente. Segundo ele, a carta assinada por governadores nesta semana e entregue ao embaixador dos Estados Unidos, Todd Chapman, está alinhada aos objetivos da Cúpula do Clima, evento que acontece nesta quinta-feira, 22. Em publicação no Twitter, Costa avalia que o Brasil, apesar de ser signatário de grandes acordos internacionais ligados à biodiversidade e ao clima, conta com uma gestão “equivocada” do governo federal que não respeita as convenções e os compromissos assinados com o mundo. “Falta investimento, fiscalização e responsabilidade”, declara.

No documento elaborado pela coalizão Governadores pelo Clima, é proposta uma atuação conjunta, em cooperação direta com o governo norte-americano, em torno de ações pelo equilíbrio climático e pela redução de desigualdades. De acordo com o governador da Bahia, estão listados onze compromissos da região Nordeste com a questão climática e de proteção do meio ambiente, “em alinhamento com propostas de desenvolvimento econômico e social com o planeta”.

“Vamos adotar medidas e estratégias para preservar e valorizar este nosso bem maior”, afirmou. Nesta manhã, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) discursou na Cúpula do Clima. Como mostrou o Broadcast Político, Bolsonaro pediu ajuda financeira à comunidade internacional e

cobrou “a justa remuneração pelos serviços ambientais prestados pelos biomas brasileiros ao planeta”.

Fonte: Estadão Conteúdo

Foto: Alberto Coutinho / GOVBA

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 23/04/21	



## USUPOORT PEDE MAIS INCENTIVOS A EMPRESAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA NO ESTADO



admin 23 Abril, 2021

Em live realizada ontem com o jornalista Donaldson Gomes do Jornal Correio da Bahia, o diretor-executivo da Associação dos Usuários de Portos da Bahia (Usuport) Paulo Villa afirmou que para a economia do estado distribuir melhor as riquezas é preciso se incentivar as empresas a gerarem novos empregos

“Houve um crescimento na oferta de portos, rodovias e uma melhora também em ferrovias, mas o Brasil ainda é muito pobre em infraestrutura de transporte de cargas, tem um longo caminho para melhorar”, avalia. Para ele, isso é fruto de um descaso em relação ao assunto nas últimas três décadas, principalmente. “Este é um processo que aconteceu em todo o Brasil, mas eu diria tristemente que a Bahia ficou mais de lado ainda. Ficou esquecida, estagnada nesta área”, ressalta.

Tanto a recepção de insumos quando o escoamento de produção fazem parte das atividades empresariais. “Toda empresa, independente do setor, foca muito no seu core business (atividade principal) e o Brasil tem as melhores práticas neste sentido. O Brasil tem ótimas práticas industriais, tem sido competitivo na agricultura, no comércio é muito bom, mas os problemas se dão do portão da empresa para fora”, exemplifica.

“Quem produz aqui se depara com portos ineficientes, com operações caras, problemas regulatórios muitas vezes graves, estradas congestionadas. Uma via acima da sua capacidade

provoca um maior número de acidentes, seguros são mais altos e isso traz uma série de limitações”, pondera.

Para o diretor da Usupport, a qualidade do transporte ferroviário no Brasil hoje é elevada quando se tratam de grandes cargas, como minério e grãos. Entretanto ainda tem um longo caminho para evoluir quando se tratam das cargas gerais, basicamente o transporte ferroviário em contêineres, o processo ainda é muito incipiente, acredita. “Tem muita coisa para ser feita e a logística é o que acaba por dar competitividade às empresas”, destaca.

Paulo Villa cita como exemplo a produção de frutas no Vale do São Francisco. Segundo ele, em muitos casos, o lucro do produtor rural fica na logística. “Existem muitas situações em que o ganho do produtor fica numa das etapas do transporte e no final das contas ele acaba trocando dinheiro”, diz.

Ele cita um relatório do Fórum Econômico Mundial que coloca o país em uma posição sofrível em relação à infraestrutura de transportes. “O único modal em que nos damos relativamente bem é o aéreo”, diz. Para ele, o outro lado da questão é que todas essas deficiências indicam, por outro lado, muitas oportunidades de negócios, “há muito para fazer”.



# Pacheco anuncia votação de Refis em maio e defende parcelamento para dívidas anteriores à covid

*Flexibilização do programa, que fará parte de um pacote de medidas econômicas, vai contra desejo de Guedes, que quer renegociação apenas para débitos tributários contraídos durante a pandemia*

**Daniel Weterman, O Estado de S. Paulo**

22 de abril de 2021 | 19h29

BRASÍLIA - O presidente do **Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG)**, afirmou que os senadores devem votar em maio o projeto para instituir um novo **Refis (programa de parcelamento de débitos tributários)**. Pacheco defendeu uma regularização ampla, e não **apenas para débitos contraídos durante a pandemia de covid-19**, como quer o ministro da **Economia, Paulo Guedes**.

O projeto foi apresentado pelo próprio presidente do Senado. O líder do governo na Casa, **Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)**, é o relator. O projeto deve entrar na agenda ainda na primeira quinzena do próximo mês e é o mais relevante em um pacote de medidas econômicas previstas para o mês que vem.

Pacheco propõe que o modelo seja parecido com o **Programa Especial de Regularização Tributária (Pert)**, adotado pelo governo do ex-presidente **Michel Temer** em 2017. Há um "grande apelo nacional do segmento produtivo" para esse formato, reforçou. "Infelizmente a **reforma tributária** ainda está sendo gestada e há uma necessidade mais imediata de regularização tributária no **Brasil**", disse Pacheco durante conversa com o empresário **Abilio Diniz** transmitida pelas redes sociais.

Apesar de defender uma discussão no âmbito da reforma tributária, a pandemia de covid-19 torna o programa emergencial, disse o presidente do Senado. "O Refis é uma ideia pontual, embora tenha um grande alcance, que deriva do fato de que nós vivemos uma crise no Brasil sem precedentes. A crise quebrou muita gente, paralisou setores inteiros."

Mais cedo, o líder da minoria no Senado, **Jean Paul Prates (PT-RN)**, afirmou que o debate sobre o "prêmio" dado pelo Refis - que normalmente levanta críticas contra esse tipo de programa por estimular devedores contumazes- não deve vir com força neste ano em função da crise do novo coronavírus. "São formas de socorro. É um ponto fora da curva, esses dois anos não podem ser contabilizados como normais", disse o senador petista.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 23/04/2021	Caderno: Economia



# Relator defende regras diferentes para policiais e auditores na reforma administrativa

*Deputado Darci de Matos, que relata PEC, diz que avalia fixar norma para essas carreiras em substituição ao vínculo de experiência, período em que o servidor concursado tem de passar antes de assumir efetivamente o cargo e obter a estabilidade*

**Camila Turtelli e Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo**

22 de abril de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - Na largada, as carreiras típicas de Estado, como auditores fiscais e policiais, poderão receber tratamento diferenciado na reforma administrativa. O relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma na **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)** da **Câmara**, deputado **Darci de Matos (PSD-SC)**, antecipou ao **Estadão/Broadcast** que avalia a possibilidade de fixar uma regra diferente para essas carreiras em substituição ao chamado vínculo de experiência, período em que o servidor concursado tem que passar antes de assumir efetivamente o cargo e garantia a estabilidade.

O relator não descarta também a possibilidade de incluir na PEC a lista das carreiras de Estado. Pela proposta do governo, os critérios para definição de cargos típicos de Estado serão estabelecidos depois da sua aprovação, em lei complementar.

A orientação do comando da Câmara é botar a reforma para andar. O texto chegou ao **Congresso** no início de setembro do ano passado, depois de ficar engavetado por meses no **Palácio do Planalto**. Está prevista para hoje a votação na CCJ de um cronograma de sete sessões de audiências, começando, na próxima segunda-feira, 26,

com o ministro da **Economia, Paulo Guedes**, e a presença do presidente da Casa, deputado **Arthur Lira (Progressistas-AL)**.

A proposta do governo cria o vínculo de experiência como alternativa ao atual estágio probatório, sendo mais uma etapa do concurso público. Os bem avaliados no fim do vínculo serão investidos no cargo.

“A PEC tira o estágio probatório para todos e coloca período de experiência. Mas para as carreiras típicas, de auditor, polícias, o pessoal entende que não cabe”, disse o relator. Para Matos, esse é um assunto pertinente que tem eco no Congresso. “Como colocar em período de experiência um policial federal, um auditor fiscal, que entra lá, conhece o modus operandi, com acesso aos dados sigilosos, se ele não é servidor ainda?”, questionou.

O relator ressaltou que no estágio probatório, modelo que existe hoje, o funcionário já é servidor durante os três anos logo após ser chamado pela aprovação no concurso público. “No período de experiência, não, porque é a última etapa do concurso”, explicou.

Na sua avaliação, essa é uma correção que pode ser feita já na CCJ para dar segurança jurídica e que não muda a previsão de economia de R\$ 300 bilhões em 10 anos. “Não estou dizendo que vou fazer, estou dizendo que vamos estudar”, acrescentou.

## **Pleito**

O relator informou que há o pleito para que se defina logo as carreiras de Estado. A demanda será avaliada e a expectativa é votar o relatório no final da primeira quinzena de maio. Ele admitiu que o cronograma não foi aprovado ainda porque não houve acordo com a oposição, que queria mais audiências. “A oposição a gente respeita, mas na divergência, a gente vota. A reforma vai andar. Há um ambiente adequado para reforma esse ano”, ponderou. Para ele, ela é fundamental para o setor público que está em colapso, com alguns Estados e municípios não pagando mais os salários em dia. A reforma entregue pelo governo também abrange os novos servidores estaduais e municipais.

A sua expectativa é que a PEC seja aprovada até o final do primeiro semestre. Segundo ele, o prazo de tramitação já está vencido na CCJ, já que o regimento diz que a admissibilidade tem de ser votada no período de cinco sessões ordinárias na Câmara. A oposição tem feito muita obstrução na CCJ, presidida pela deputada [Bia Kicis \(PSL-DF\)](#). Os opositoristas não querem deixar votar o cronograma e vão tentar protelar ao máximo a votação e a criação da comissão especial, próxima etapa de tramitação da reforma. A CCJ analisa a constitucionalidade da PEC e no entendimento do relator a proposta do governo não fere cláusulas pétreas; se ela não fere, ela é constitucional.

**Entenda a proposta**

- **Servidores das carreiras típicas de Estado:**

Terão regras parecidas com as atuais com estabilidade após 3 anos no serviço; o ingresso se dará por concurso público

- **Servidores com contratos de duração indeterminada:**

Não terão a estabilidade de hoje; poderão ser demitidos se forem necessários cortes de gastos, por exemplo; ingresso se dará por concurso público

- **Funcionários com contrato temporário:**

Não terão estabilidade no cargo; ingresso por meio de seleção simplificada. Pela Lei 8.745, de 1993, esse tipo de contratação pode ser feita apenas para “necessidade temporária de excepcional interesse público”

- **Cargos de liderança e assessoramento, com vínculos temporários:**

Ingresso por meio de seleção simplificada; sem estabilidade

- **Servidores com vínculo de experiência:**

Antes que os candidatos ingressem ou no cargo típico de Estado, ou no de prazo indeterminado, têm de passar por período de, no mínimo, 2 anos para cargos típicos de Estado e 1 ano para cargos por prazo indeterminado

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 23/04/2021	Caderno: Economia



# União, Estados e municípios vão ter R\$ 11 bi de reforço nos caixas em 2022 com leilões do pré-sal

*Em comunicado divulgado nesta quinta-feira, 22, o Ministério da Economia informou que o leilão será realizado em dezembro, mas o dinheiro só entrará nos cofres do governo em abril de 2022*

**Anne Warth, O Estado de S.Paulo**

22 de abril de 2021 | 14h45

BRASÍLIA - As contas do [governo federal](#), Estados e municípios receberão em 2022 um reforço no caixa de R\$ 11,14 bilhões com o leilão de campos de Sépia e Atapu. O governo estima investimentos de R\$ 200 bilhões durante o período de exploração dessas áreas, que ficam no [pré-sal](#), uma camada profunda do oceano em que há óleo de maior qualidade e valor comercial.

Em comunicado divulgado nesta quinta-feira, 22, o [Ministério da Economia](#) informou que o leilão será realizado em dezembro, mas o dinheiro só entrará nos cofres do governo em abril de 2022, último ano do mandato do presidente [Jair Bolsonaro](#).

Além de contar com arrecadação extra dos dois leilões, o [Orçamento](#) do ano que vem terá mais espaço do lado das despesas devido à correção maior do limite teto de gastos (a regra constitucional que fixa um limite anual para gastos com base na variação da inflação).

Cálculos da [Instituição Fiscal Independente \(IFI\)](#) do [Senado](#) apontam para uma folga de R\$ 38,9 bilhões no teto de gastos em 2022. É quanto o governo poderá gastar a mais. Esse espaço seria dado pela diferença entre o índice de inflação a corrigir o teto e aquele que indexa as despesas obrigatórias.

Especialistas em contas públicas têm alertado o governo a não usar a folga orçamentária para aumentar gastos obrigatórios como reajustes dos salários de servidores, que ficaram congelados em 2020 e 2021. Neste ano, as contas estão apertadas devido ao teto de gasto, motivo da crise política após a sanção do Orçamento, cujas despesas obrigatórias foram subestimadas para acomodar o aumento de emendas parlamentares.

A arrecadação de R\$ 11,14 bilhões com os leilões do pré-sal será obtida com o chamado “bônus da assinatura”, valor fixo que as empresas vencedoras do leilão têm que pagar à União para poderem explorar o petróleo. Como há um acordo para a partilha dos recursos, governadores e prefeitos receberão R\$ 7,67 bilhões do total do bônus.

Os campos de Atapu e Sépia fazem parte das áreas da cessão onerosa e os volumes excedentes desses campos passarão por leilão pela segunda vez - já que não houve sucesso na licitação realizada em 2019. O bônus do campo de Sépia foi estabelecido em R\$ 7,13 bilhões e o de Atapu, em R\$ 4 bilhões.

Para a equipe econômica, os investimentos previstos darão impulso ao crescimento econômico e permitirão o ingresso do Brasil entre as principais nações produtoras de petróleo e gás natural.

Como mostrou o **Estadão/Broadcast** na última terça-feira, 20, para viabilizar o leilão, o governo decidiu reduzir em R\$ 25,5 bilhões a arrecadação que pretendia receber pela exploração Atapu e Sépia. O leilão das áreas da cessão onerosa foi realizado em novembro de 2019, mas apenas os blocos de Búzios e Itapu receberam propostas da [Petrobrás](#) e de um consórcio liderado pela companhia. Na época, o governo arrecadou R\$ 69,96 bilhões.

Desde então, o governo sinalizou que iria rever as regras e reduzir incertezas para realização de uma segunda rodada de ofertas. Em 2019, o bônus de Atapu era de R\$ 13,74 bilhões, e o de Sépia, de R\$ 22,85 bilhões. Os novos números foram definidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) na última terça-feira.

Pelas regras atuais, os blocos do pré-sal são ofertados pelo regime de partilha. Neste modelo, o governo fixa o valor de bônus de assinatura. Vence o leilão a empresa ou consórcio que oferecer o maior percentual de óleo-lucro, ou seja, parte da produção de óleo destinada à União. Para atrair interessados, esses percentuais também foram reduzidos. Para o campo de Sépia, o lance mínimo é de 15,02%, e a de Atapu será de 5,89%.

Conforme a legislação em vigor, a Petrobras tem direito de manifestar seu direito de preferência, em até 30 dias, após a publicação da resolução do CNPE.

As áreas ofertadas são parte do chamado "excedente da cessão onerosa". Pelo contrato, a União cedeu uma área no pré-sal da bacia de Santos com reservas de até 5 bilhões de barris de petróleo à Petrobras em 2010, em troca de ações da empresa, dentro de uma operação indireta. O contrato da operação foi fechado a um determinado preço sob condição de ser revisto. Posteriormente, foi descoberto que os reservatórios tinham mais petróleo do que o inicialmente previsto.

Uma das principais questões relacionadas à realização do leilão - e apontada como justificativa para a ausência de ofertas para as duas áreas na licitação de 2019 - é a compensação que a Petrobras terá direito de receber dos novos sócios, uma vez que todo o investimento inicial nas áreas foi feito unicamente pela companhia.

Recentemente, o MME anunciou a aprovação de acordo entre a estatal e PPSA (Pré-Sal Petróleo SA) que prevê compensações de US\$ 6,45 bilhões à petroleira brasileira no caso de oferta dos excedentes nos campos que serão licitados novamente - dos quais US\$ 3,253 bilhões por Atapu e US\$ 3,2 bilhões por Sépia.

## Senado deve pautar criação de Refis para parcelar dívidas tributárias

JULIA LINDNER, MELISSA DUARTE  
E FERNANDA TRISOTTO  
economia@oglobo.com.br  
BRASILIA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), deve pautar no início de maio um projeto que prevê um novo Refis, programa de refinanciamento de dívidas tributá-

as das empresas. A ideia foi discutida ontem na reunião de líderes da Casa.

— Os senadores propuseram retomar um conjunto de projetos da área econômica, como aquele do novo Refis, e o presidente Rodrigo Pacheco (DEM-MG) anuiu. Provavelmente, serão vários projetos dessa na-

tureza na primeira quinzena de maio. Deveremos ter sessão para tratar de toda essa pauta represada — disse o líder da oposição no Senado, senador Jean Paul Prates (PT-RN), após o encontro.

Mais tarde, em um evento com empresários, Pacheco afirmou ser necessário adotar medidas para além do Refis,

com mudanças amplas no sistema de impostos para evitar distorções. Mas ele admitiu a demanda pela medida:

— Infelizmente, a reforma tributária ainda está sendo gestada e há uma necessidade mais imediata de regularização tributária no Brasil. Por isso o projeto que foi apresentado no ano passa-

do, e nós não andamos porque havia a perspectiva de se fazer como uma etapa da reforma tributária. Mas hoje se tem um grande apelo nacional do segmento produtivo de que tenha um Refis.

Ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que espera que um relatório so-

bre a reforma tributária, que está parada no Congresso, saia o mais rapidamente possível. Ele também acredita que a reforma administrativa, que mexe com as regras do funcionalismo, avance.

— A reforma administrativa deve estar saindo da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) nos próximos dias — declarou Lira, durante live do lançamento da agenda institucional do cooperativismo.

# Pressão salarial do funcionalismo traz novo risco para o Orçamento

*Congresso cria despesa de R\$ 2,8 bi  
— e Bolsonaro não quer saber de  
abrir mão de reajustes em 2022*

**A**s medidas do governo para corrigir o Orçamento ilegal e inexecutável aprovado no Congresso começam a esbarrar em obstáculos imprevistos. Mesmo com os cortes negociados em emendas parlamentares e despesas não obrigatórias, podem faltar até R\$ 30 bilhões para manter a máquina pública até o fim do ano. É um valor que tende a crescer diante da pressão por gastos com o funcionalismo.

Como os salários estão congelados desde o início da pandemia, tem surgido toda sorte de expediente para tentar reajustá-los. Na segunda-feira, o Congresso derrubou um veto presidencial de 2009 (governo Lula), que impedia a incorporação de 1.800 funcionários aos quadros da Receita Federal em cargos mais bem remunerados. O resultado é uma conta retroativa que, só este ano, custará R\$ 2,8 bilhões ao Tesouro (mais de R\$ 1,5 milhão por funcionário). Fora isso, fica contratada uma despesa anual extra de R\$ 192 milhões.

Outra surpresa orçamentária no horizonte são os processos para colocar

na folha de pagamento da União funcionários dos antigos territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. O motivo não está no salário, que permanece no mesmo patamar, mas na efetivação. Policiais, médicos e outros comissionados passam a fazer jus a todas as regalias do funcionalismo. Segundo reportagem do GLOBO, mais de 40 mil já saíram vitoriosos na Justiça, a um custo de R\$ 672 milhões para o Tesouro. Se os 35,3 mil processos pendentes forem julgados, haverá um impacto de R\$ 560 milhões na folha da União.

Há, por fim, uma exigência de que o presidente Jair Bolsonaro não abra mão, e já consta da proposta orçamentária de 2022 enviada ao Congresso: ele quer, como todo governante em ano eleitoral, manter a prerrogativa de conceder reajustes indiscriminadamente ao funcionalismo. Evidentemente, está no crescimento da folha de pessoal uma das principais causas do Orçamento engessado que paralisa seu governo, em que 94% das despesas são obrigatórias (a outra causa são os benefícios da Previdência). Bolsonaro não

está nem aí para a contradição.

Enquanto a pressão por reajustes agrava o quadro fiscal, continua parada a reforma administrativa, que permitiria trazer um mínimo de racionalidade à gestão do funcionalismo, corrigir distorções, acabar com regalias e permitir economia aos cofres públicos. Num período de 10 anos até 2019, enquanto os funcionários federais da ativa cresceram 11%, os gastos com eles subiram 125%. Somos o sétimo país do mundo que mais gasta com pessoal: quase 14% do PIB, mais que Chile, Peru, Colômbia, França ou Alemanha.

O funcionalismo público custa mais que o dobro do que o Brasil investe em educação e três vezes e meia o que gasta em saúde. Num país em que 100 milhões vivem sem esgoto e 35 milhões não têm água potável, só os funcionários federais civis consomem 21 vezes os recursos investidos em saneamento. Numa situação de emergência sanitária, com o Estado refém de uma crise fiscal sem precedentes, a última coisa de que o Brasil precisa é gastar mais dinheiro com funcionários públicos.

# Maioria governista abafou CPIs da Covid nos estados

Governadores cujos aliados predominavam nas investigações das assembleias legislativas escaparam de ser acusados. Exceção foi Santa Catarina, onde Carlos Moisés, a exemplo de Bolsonaro no Senado, estava em minoria na comissão

GUILHERME CAETANO  
guilherme.caetano@sp.oglobo.com.br  
SÃO PAULO

O tamanho da base do governo no Legislativo dita o ritmo das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) criadas para apurar eventuais irregularidades cometidas por gestões estaduais no combate à pandemia de Covid-19. Onde o chefe do Executivo tem maioria, como Rio Grande do Sul, Bahia e Amapá, o Executivo nem é citado nos trabalhos dos deputados. Já em Santa Catarina, onde o governo tinha minoria, Carlos Moisés (PSL) foi afastado.

Ao menos sete estados, segundo levantamento do GLOBO, montaram grupos semelhantes à CPI da Covid do Senado, que preocupa o presidente Jair Bolsonaro e é formada por maioria de oposição ou independente.

Moisés foi afastado do cargo no mês passado, acusado de crime de responsabilidade pela compra de 200 respiradores por R\$ 33 milhões em março de 2020 — valor acima do pago pela União. Moisés nega irregularidades. A CPI dos Respiradores, formada por seis parlamentares de oposição e três independentes, aprovou um relatório pedindo o impeachment do governador, o que levou ao afastamento.

Em Minas, a CPI dos Furfilas foi instalada em 18 de



ALAN SANTOS/PR/25-07-2019

**Extinta.** O governador Wilson Lima (Amazonas): falta de quórum encerrou CPI

março para investigar a denúncia de que mais de 800 funcionários da Secretaria de Saúde teriam sido vacinados, furando a fila de grupos prioritários. Dois dos sete membros do grupo são aliados de Romeu Zema (Novo), que demitiu o secretário após a descoberta das irregularidades.

O deputado João Vitor Xavier (Cidadania), presidente da CPI, disse ainda não ter visto evidências que responsabilizem o governador. Segundo ele, porém, o governo se mostrou preocupado com o pouco controle sobre a investigação.

Há governadores que tentam reverter o jogo para salvar o governo. Em Roraima, quando a CPI que investiga contratos da saúde foi instalada, em 2020, o bloco da maioria na Assembleia, com dez dos 24

deputados, era considerado independente ao governo de Antonio Denarium (sem partido). Desde então, o governador conseguiu atrair 15 parlamentares, formando, assim, maioria a seu favor.

## BUSCA POR APOIO

Outro que mudou de postura foi Wilson Lima (PSC), do Amazonas. Quando a CPI da Saúde foi instalada, ele tinha apenas um aliado entre os cinco membros da comissão e não conseguiu evitar a aprovação de um relatório crítico ao seu governo. Mas teve força para impedir o quórum necessário no plenário para aprovar a prorrogação da CPI por 60 dias. Sete votações foram obstaculadas, o prazo da CPI chegou e, como a prorrogação não foi votada, os trabalhos foram en-



MARCOS CORRÊA/PR/27-08-2019

**Base.** Em Roraima, o governador Antonio Denarium formou maioria a seu favor

cerrados em setembro.

Na Bahia, no Amapá e no Rio Grande do Sul, onde os governadores têm base forte, a situação é diferente. Os deputados até instituíram comissões relacionadas à pandemia, mas não miram o governo.

A CPI da Assembleia gaúcha busca apurar denúncias sobre aumentos exorbitantes de preços de medicamentos e insumos, como oxigênio, utilizados no combate à pandemia neste ano. Apesar de o governo de Eduardo Leite (PSDB) não ser oficialmente foco da apuração, o presidente da comissão, Thiago Duarte (DEM), não descartou que as investigações levem a servidores públicos.

— O governo tem ampla maioria na Assembleia e acabou com maioria na CPI,

com a relatoria e a vice-presidência — disse Duarte.

Enquanto no Legislativo baiano a comissão especial serve para “avaliar impactos da Covid, bem como ações de saúde adotadas, impactos sobre a economia estadual e finanças do estado e dos municípios”, a comissão amapaense quer ajudar o governador no enfrentamento à pandemia.

Em São Paulo, a instalação de CPI para investigar o governo de João Doria (PSDB) não tem apoio do maior partido de oposição da Casa, o PT. O pedido de abertura de investigação sobre a gestão estadual da Saúde, proposto pelo deputado Sargento Neri (Avante), mobilizou apenas bolsonaristas e o deputado Carlos Giannazi (PSOL), em número insuficiente para abrir a CPI.

## Wajngarten diz que país não comprou vacina por ‘incompetência’

> O ex-secretário de comunicação da Presidência, Fabio Wajngarten, disse que o Brasil não comprou antes vacinas da Pfizer por “incompetência” e “ineficiência”. Em entrevista à revista “Veja”, o ex-titular da

Secom revelou reuniões que teve sobre a aquisição da vacina em 2020 e fez críticas à condução do tema pelo Ministério da Saúde, evitando citar o ex-ministro Eduardo Pazuello. Pouco, porém, o presidente Jair Bolsonaro.

Wajngarten é uma das autoridades que deve depor na CPI da Covid.

> Wajngarten relatou ter se envolvido nas negociações com a Pfizer em setembro passado e disse que a falta de evolução na negociação atrasou o início da imunização no país, gerando mais mortes.

— Os diretores da Pfizer foram impecáveis. Se comprometeram a antecipar entregas, aumentar os volumes e toparam até mesmo reduzir o preço da unidade, que ficaria abaixo dos US\$ 10. (...) Nada é mais caro do que uma vida. Infelizmente, as coisas travavam no Ministério da Saúde.

# Bolsonaro sanciona Orçamento com vetos de R\$ 19,8 bi

Governo também deve editar decreto para bloquear R\$ 9 bi em despesas. Mudanças foram feitas para abrir espaço para gastos obrigatórios. Presidente afirmou que todos os ministérios foram afetados por corte de verbas

MANOEL VENTURA  
E GERALDA DOCA  
economia@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem o Orçamento de 2021, segundo comunicado divulgado no fim da noite pelo Palácio do Planalto. Bolsonaro vetou R\$ 19,8 bilhões da proposta, em uma decisão acordada com o Congresso, após quase um mês de impasse. A sanção ocorreu no último dia do prazo constitucional.

A íntegra da lei, com o detalhamento dos órgãos que mais perderam recursos, ainda não havia sido publicada até a noite de ontem. A expectativa é que o texto seja publicado hoje no Diário Oficial da União.

As mudanças foram feitas para abrir espaço para a recomposição da previsão de despesas obrigatórias. Essas projeções foram subestimadas para permitir aumentar as

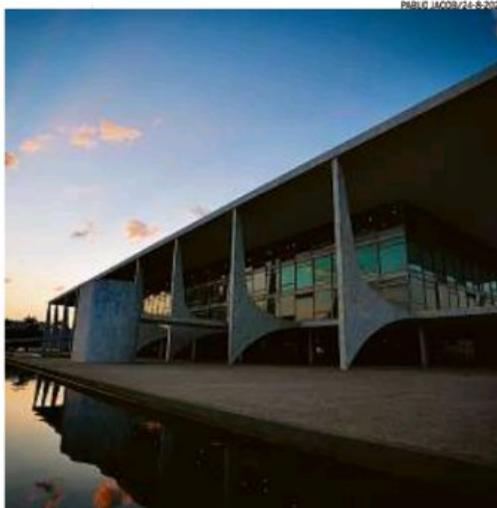
chamadas emendas do relator, indicadas pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC), que chegaram a R\$ 29 bilhões.

No comunicado, o Planalto afirmou que as medidas tomadas evitam o risco de descumprimento da regra do teto de gastos — que limita o aumento das despesas da União à inflação —, problema que havia sido apontado por técnicos da equipe econômica.

“Com o veto e o bloqueio administrativo, o Orçamento de 2021 cumpre plenamente a regra do teto de gastos, consideradas as projeções técnicas feitas pelo Ministério da Economia”, diz trecho do comunicado.

## 'TODO MUNDO VAI PAGAR'

Segundo o governo, do total de vetos, R\$ 10,5 bilhões serão emendas do relator; R\$ 1,4 bilhão, em emendas de comissão; e R\$ 7,9 bilhões serão cortes em despesas indicadas pelo próprio Execu-



Planalto. Ajustes foram necessários para recompor despesas obrigatórias

tivo. Os ajustes no texto incluem ainda um decreto para bloquear R\$ 9 bilhões, que ainda será editado.

A diferença entre o veto e o bloqueio que será feito por

decreto é que há a possibilidade de revisão de valores bloqueados. Isso pode ocorrer caso o governo identifique espaço no teto de gastos ao longo do ano.

Mais cedo, antes de sancionar a medida, Bolsonaro adiantou em transmissão ao vivo nas redes sociais que o corte seria “bastante grande” e afetaria todos os ministérios: — Tivemos um problema

no Orçamento no corrente ano, então tem um corte previsto bastante grande, no meu entender, pelo tamanho do Orçamento, para todos os ministérios. Todo mundo vai pagar um pouco a conta disso aí.

## ‘GUEDES É ‘DURO NA QUEDA’

Os comentários do presidente foram feitos em resposta ao ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, que também participou da live e solicitou mais recursos para sua pasta. Em tom de brincadeira, o presidente disse que tentaria, mas que o titular da Economia, Paulo Guedes, era “duro na queda”:

— Vamos tentar te ajudar, Marcão. É que o Paulo Gue-

des é meio duro na queda, mas vou tentar te ajudar.

Ao longo do dia, fontes envolvidas nas negociações afirmaram que a tesourada deve afetar, em ano pré-eleitoral, recursos para obras do governo federal, sobretudo do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), comandado por Rogério Marinho. A expectativa era que a pasta perdesse cerca de R\$ 3 bilhões, segundo uma alta fonte.

O ministério foi um dos mais beneficiados pelo aumento nas chamadas emendas do relator, com R\$ 8,6 bilhões em recursos extras alocados por meio desse mecanismo. Com o reforço das emendas, os recursos para investimentos do órgão ficaram em R\$ 16,1 bilhões, uma alta de 42% em relação ao valor liberado pela pasta no ano passado, segundo dados do Painel do Orçamento.

# O dólar toma um calmante

Comércio exterior em alta, calma nos EUA e entrada de capital aliviam situação, por ora

**Vinicius Torres Freire**

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O preço do dólar está muito estressado, qualquer que seja a conta que se faça do seu valor "adequado", do preço maior ou menos compatível mesmo com os números degradados da economia brasileira (que estaria em torno de R\$ 4,50, calculam economistas). Nos últimos dias, porém, os mercados de moeda tomaram um calmante. Nesta quinta (22), o dólar baixou a R\$ 5,44.

E daí? Para começar, dólar mais barato pode ser um alívio para a inflação. O IPCA acumulado em

12 meses está em 6,1%; ainda deve passar de 7,5% entre maio e julho. Segundo um chute informado dos economistas, daí em diante baixaria até algo em torno de 4,5% no fim do ano. Um dólar mais barato daria um empurrão nessa descida. Um IPCA menor pode evitar alta maior de juros (Selic) por aqui.

Isto posto, de onde vieram os calmantes? O remédio básico é quase sempre importação: as taxas de juros nos EUA deram uma caudinha, depois da corrida no primeiro trimestre do ano.

Melhorou também o saldo cambial, a diferença entre a entrada e a saída de dólares, que foi muito positiva no primeiro trimestre do ano (US\$ 8,72 bilhões), melhor resultado de primeiro trimestre desde antes do início da derrocada brasileira, em 2013.

Na prática, o fluxo cambial andava quase sempre vermelho desde 2018. No ano passado inteiro, essa conta ficou negativa em quase US\$ 28 bilhões (o pico de fuga foi em março e abril, de US\$ 60 bilhões em 12 meses). Nos 12 meses até março,

está negativa ainda em US\$ 7,8 bilhões, mas melhorando.

Parte dessa melhora vem de uma situação que já se pode chamar de extraordinária no comércio exterior. O preço dos produtos que o Brasil exporta em relação àqueles que importa (os termos de troca) raramente foi tão alto em mais de 20 anos. Trocando em miúdos, a soja ou a carne que o país vende raramente valeram tanto em relação à média do que compramos lá fora. O saldo comercial será recorde, além dos US\$ 70 bilhões neste ano.

Em geral, quando os termos de troca vão bem, a moeda brasileira se valoriza. Não tem sido o caso desde o início da pandemia. Fuga de dinheiro de países "emergentes" explica parte do problema; a alta brutal da dívida pública e a baderna político-econômica pioraram a situação.

Essa situação obviamente não melhorou. No entanto, observadores precisos de câmbio e juros dizem que houve fatores recentes de alívio. A gambiarra do Orçamento vexaminoso teria saído melhor do que o esperado. Os mercados de dinheiro acreditam em despiada da epidemia, daqui por diante.

Até fevereiro, a atividade econômica não teria padecido tanto do corte dos auxílios governamentais (o emergencial, o salarial e o dinheiro para estados e municípios). Isto é, haveria expectativa de retomada econômica depois da atenuação

da epidemia mesmo sem gasto público extra e maior, como em 2020. Além da entrada de dinheiro na finança, o investimento direto (estrangeiro) no país está melhorando. Etc.

Essa perspectiva positiva teria criado expectativa de valorização do real. Assim ficou mais arriscado manter posições financeiras baseadas em dólar mais caro, o que ajuda também a valorizar a moeda brasileira desde agora.

Não há como estimar a duração do efeito dos tranquilizantes. Há motivos fundamentais para a valorização do real, mas o estresse de curto prazo tem sido determinante. Um relembrar nos EUA vai nos dar nos nervos. Não se sabe o que será da epidemia (a vacinação pode conter uma terceira onda?). Temos perspectiva de tumulto político até meados do ano. Enfim, o presidente é Jair Bolsonaro.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

# Bolsonaro segue acordo com Congresso e sanciona Orçamento de 2021 com vetos

Acerto prevê corte de verba em ministérios para recompor gastos obrigatórios e manter emendas

**Bernardo Caram**

**BRASÍLIA** Após acordo entre governo e Congresso para desativar as contas federais deste ano, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou nesta quinta-feira (22) a LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2021. Conforme acertado com parlamentares, dispositivos do texto foram vetados. A assinatura do presidente encerra um período de três meses e meio com as contas do governo federal em piloto automático, sob limitações de gasto e com programas travados por causa da não aprovação do Orçamento.

A sanção foi feita no último dia do prazo. A medida, informada pelo Palácio do Planalto, deve ser publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (23).

Esse é um passo importante para que o governo consiga lançar medidas de enfrentamento à pandemia, como a antecipação do 13º de aposentados, e é parte do acordo para desbloquear programas emergenciais de emprego e crédito. Em sua live semanal em redes sociais, Bolsonaro afirmou nesta quinta que o corte de verbas será grande e distribuído entre todas as pastas. "Tem um corte previsto bastante grande, no meu entender, pelo tamanho do Orçamento, para todos os ministérios. Todo o mundo vai pagar um pouco a conta disso aí".

De acordo com o Planalto, projeções indicavam a necessidade de recompor R\$ 20 bilhões em despesas obrigatórias, como benefícios previdenciários, nas contas deste ano. Essa recomposição foi feita por meio de um veto parcial ao texto, abrangendo R\$ 19,8 bilhões em verbas.

Além disso, foi feito um bloqueio adicional de R\$ 9 bilhões, que podem eventualmente ser liberados ao longo do ano se houver margem. Essa parcela será formalizada por meio de um decreto.

Em relação ao veto, R\$ 10,5 bilhões foram cortados das emendas indicadas pelo relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), e R\$ 1,4 bilhão em emendas indicadas por comissões do Congresso.

Será feito ainda um corte de R\$ 7,9 bilhões em despesas de ministérios. Essa tesourada não foi detalhada pelo Planalto nesta quinta.

Também foi vetada a autorização para criação de cargos na PM e no Corpo de Bom-



Jair Bolsonaro durante live, nesta quinta, ao lado do ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente, à esq.) @jairmessias.bolsonaro no Facebook

beiros do Distrito Federal, que são custeados pela União.

Os problemas do Orçamento de 2021 começaram no ano passado, quando uma disputa política no Congresso impediu a tramitação do texto. Sem consenso, a análise foi empurrada para este ano. Diante da não aprovação, o governo foi obrigado a impor limitações provisórias à execução de verbas dos ministérios. A demora também colocou em risco o pagamento de salários de servidores e outros programas governamentais que estavam condicionados à autorização do Congresso.

As pressões, após a troca de comando na Câmara e no Senado, os parlamentares aprovaram só no mês passado um Orçamento considerado inexecutável. Os problemas foram atribuídos tanto à equipe econômica, quanto ao Legislativo.

De outro lado, o governo não apresentou ao Congresso os parâmetros econômicos atualizados para que os cálculos fossem apurados.

De outro, parlamentares decidiram votar o texto subestimando as despesas obrigatórias e turbinando emendas —verbas direcionadas a projetos e obras indicadas pelos congressistas— em R\$ 29 bilhões, quase R\$ 13 bilhões a mais do que o definido inicialmente.

O problema foi solucionado na segunda (19), após semanas de queda de braço entre a equipe econômica, que pedia veto ao texto para recompor gastos obrigatórios, e parlamentares,

que pressionavam pela manutenção de emendas.

O acerto prevê a sanção da LOA com vetos parciais e mudanças na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Em seguida, o governo ainda deve enviar um terceiro projeto para finalizar o ajuste das contas. A medida que muda a LDO foi aprovada pelo Congresso na segunda-feira e sancionada por Bolsonaro nesta quarta-feira (21).

O texto retira da meta fiscal o Proname (crédito a pequenas empresas), o programa que autoriza corte de jornadas e salários de trabalhadores e os gastos emergenciais com saúde.

No total, quase R\$ 100 bilhões já liberados ou anunciados pelo governo ficarão fora da meta fiscal deste ano —recursos também não serão contabilizados no teto de gastos. O valor aumentará quando novos repasses forem implementados.

O texto é a regra que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação. A meta é o compromisso feito pelo governo que corresponde à diferença entre receitas e despesas primárias para o ano, exceto juros da dívida.

Em outro dispositivo elaborado para resolver o impasse, o governo terá maior liberdade para remanejar recursos, sem a necessidade de validação do Congresso para fazer certas movimentações de verba.

Ele poderá cortar por decreto despesas discricionári-

as —aquelas voltadas ao custeio da máquina pública e investimentos— para recompor gastos obrigatórios, como aposentadorias e outros benefícios.

A meta fiscal estabelecida para este ano é de déficit de R\$ 247 bilhões. Com o acordo, o número fica inalterado e as contas do governo serão separadas em duas. O Orçamento tradicional segue com as normas fiscais, enquanto os gastos com a pandemia ficarão fora do teto e da meta.

## Adiamento do Censo prejudica políticas sociais e repasses

**Douglas Gavras**

**SÃO PAULO** Perda de qualidade das políticas sociais, redução na distribuição de recursos para os municípios e descompasso nas pesquisas regulares de emprego e renda são algumas das consequências de um novo adiamento do Censo pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), devido ao corte de orçamento, afirmam especialistas.

Na previsão de Orçamento para 2021, foi retirado R\$ 1,76 bilhão dos R\$ 2 bilhões destinados à realização do Censo. O corte pode inviabilizar a pesquisa, segundo o IBGE. O levantamento nacional deveria ter sido feito no ano passado, mas foi adiado para

2021 por causa da pandemia.

Entre os problemas causados pelo atraso está a distribuição de recursos públicos, já que o volume transferido nas cotas dos fundos de participação estaduais e municipais tem por base o número de habitantes de cada local.

O número de moradores ajuda a definir, por exemplo, os coeficientes de repasse do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), uma das principais fontes de receita das prefeituras, usado sobretudo para custear a folha de pagamento. Sem a nova contagem da população, as estimativas ficam defasadas.

Em meio à disputa por mais verbas e após o anúncio de que o orçamento para pesquisa seria cortado, a então presidente do IBGE, Susana Cordeiro Guerra, pediu exoneração do cargo em março. Na semana passada, o governo anunciou o demógrafo Eduardo Rios Neto como novo presidente da instituição.

Pelos dados da pesquisa, também se desenha um perfil dos brasileiros, o que permite dimensionar a necessidade de políticas sociais e de transferência de renda, como o Bolsa Família. A partir da atualização desses dados, o programa pode ser reformulado, acompanhando as mudanças no perfil da população.

As informações de renda e sobre demandas da população também são importantes para formular políticas públicas e classificar as prioridades dos municípios.

## Pacheco quer votar novo Refis em maio e incluir dívida além da Covid

**BRASÍLIA** O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), pretende pôr em pauta no início de maio projeto de lei que prevê uma nova rodada do Refis, programa de refinanciamento de dívidas tributárias das empresas.

Pacheco ainda disse que a regularização dos débitos deveria ser ampla, como nas edições anteriores do programa, e não só para os débitos que tenham sido criados durante a pandemia.

O senador ainda defende um outro projeto de regularização, dessa vez para a renegociação dos débitos decorrentes de multas aplicadas por agências reguladoras e autarquias.

Durante reunião de líderes na manhã desta quinta (22), os senadores propuseram que a pauta de votações dedicasse espaço para análise de iniciativas relacionadas com a economia, o que contou com a concordância de Pacheco.

O presidente do Senado então decidiu dedicar as primeiras semanas de maio para análise de pautas econômicas, que estão repensadas por causa da pandemia, mais ligadas com o contribuinte —e não grandes questões estruturais da economia e de infraestrutura.

Pacheco vem defendendo um novo Refis, por causa dos danos provocados pela pandemia para a economia brasileira. O programa oferece condições mais vantajosas e mesmo deduções para quem quitar suas dívidas tributárias com o fisco.

No início da noite, em transmissão ao vivo com o empresário Abílio Diniz, Pacheco disse que o ideal era que o Refis se desse no âmbito de uma reforma tributária, regularizando os débitos em meio a uma transição de modelos de arrecadação de impostos.

Como a reforma ainda se encontra distante, ele considera necessário o programa agora, por causa da dificuldade dos empresários. No entanto, defende que a abrangência não deva englobar apenas os débitos do período de pandemia.

"Hoje se tem um grande apelo nacional do segmento produtivo de que se tenha um Refis no Brasil e que não alcance só débitos da pandemia, que se possa fazer uma regularização tributária a exemplo do que aconteceu em 2017".  
**Renato Machado**

# FMI estima impacto menor de lockdown na economia

Setores estão mais adaptados ao trabalho remoto e ao distanciamento, diz Fundo

Douglas Gavras

SÃO PAULO O FMI (Fundo Monetário Internacional) estima que lockdowns e outras medidas de restrição de circulação para conter o avanço do novo coronavírus terão menos impacto na atividade econômica neste ano do que tiveram no início da pandemia de Covid-19.

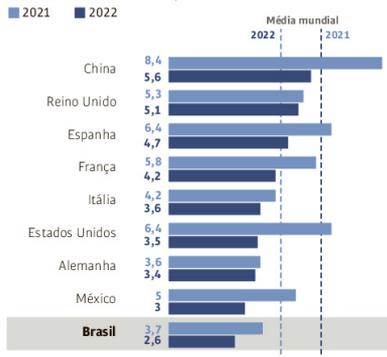
Em relatório, a instituição afirma que os lockdowns terão peso reduzido, por serem de menor escala e mais concentrados do que foram em 2020. Além disso, um número maior de setores da economia está mais adaptado ao trabalho remoto e ao distanciamento agora do que quando a Covid-19 eclodiu e pouco se sabia sobre a doença.

Nas economias desenvolvidas, ainda são esperadas restrições ocasionais à circulação de pessoas, para tentar conter a propagação de novas cepas do vírus. Conforme a população mais vulnerável for vacinada, porém, espera-se que as atividades sejam retomadas e ocorra uma aceleração do consumo, impulsionada inclusive pela demanda reprimida nos últimos meses.

Para os mercados emergentes, o ritmo lento de compra de vacinas sugere que a proteção contra o vírus permanecerá distante para a maioria da população. Assim, mais lockdowns e medidas de distanci-

## Projeção do FMI para recuperação dos países

Estimativa de crescimento, em %



Fonte: FMI

amento ainda podem ser necessários até o ano que vem, aumentando a distância no ritmo de recuperação entre esses países e as economias desenvolvidas.

Na visão do Fundo, o acesso desigual dos países às vacinas vai ditar o ritmo de recuperação: enquanto nos países ricos e em alguns emergentes é esperada uma oferta ampla de imunizantes ao longo deste ano, boa parte do mundo terá mesmo de esperar pela vacina até a segunda



Os países precisam trabalhar juntos para garantir uma ampla quantidade de vacinas em todo o mundo

Gita Gopinath  
economista-chefe do FMI  
(Fundo Monetário Internacional)

metade de 2022.

“Os caminhos divergentes de recuperação provavelmente criarão lacunas significativamente maiores nos padrões de vida entre os países em desenvolvimento e os outros”, escreveu a economista-chefe do FMI, Gita Gopinath, no documento. Também em sua avaliação, a perda de PIB per capita (uma das formas de medir o padrão de vida) deve ser maior entre os emergentes.

A indústria está tentando produzir três vezes o nível normal de vacinas, mas enfrenta gargalos, como o fornecimento de insumos.

“Os países, portanto, precisam trabalhar juntos para garantir uma ampla quantidade de vacinas em todo o mundo”, disse a economista do FMI.

No começo do mês, a instituição reforçou que o Brasil deveria dar prioridade ao programa de vacinação para que a recuperação não perdesse força. O FMI reconhece que as medidas de apoio à população, como o auxílio emergencial, evitaram que o país tivesse uma queda maior no ano passado, mas adverte que muito ainda precisa ser feito em 2021.

Na quarta-feira (21), no entanto, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, revisou o calendário de vacinação contra Covid-19 no Brasil e adiou o fim da imunização do grupo prioritário em quatro me-

ses, de maio para setembro.

Nesse cenário, após uma queda acentuada em 2020, uma recuperação tímida é esperada para a América Latina e o Caribe em 2021. O PIB do Brasil deve crescer 3,7%, e a previsão de crescimento para a região (4,6%) fica abaixo da média mundial, de 6%.

Já para o PIB global, considerando o avanço da vacinação em parte do mundo, as projeções mais recentes para 2021 e 2022 são, respectivamente, 0,8 e 0,2 ponto percentual maiores que no ano passado.

Esse otimismo considera os pacotes fiscais de recuperação econômica lançados por alguns países, como os EUA, que aprovaram um estímulo de US\$ 1,9 trilhão em março. A ajuda deverá impulsionar ainda mais o PIB americano, tanto em 2021 quanto no ano seguinte, com impactos significativos para os principais parceiros comerciais dos EUA.

Com isso, a projeção é de uma recuperação global mais robusta no segundo semestre, estimulada pelo avanço na produção de vacinas. O FMI estima que os EUA retomem aos níveis de atividade de antes da pandemia já no primeiro semestre deste ano. Na zona do euro e no Reino Unido, a recuperação tende a ser mais lenta: ela deverá permanecer abaixo dos níveis pré-Covid até 2022.

O FMI lembra que, com exceções (como Chile e México), a maioria dos países latino-americanos não garantiu vacinas suficientes para imunizar suas populações.

Outra exceção é a China, onde medidas eficazes de contenção da doença e investimentos públicos facilitaram a forte recuperação do país, que foi um dos poucos a ter PIB positivo em 2020 e deve crescer 8,4% neste ano, de acordo com o FMI.

## Biden deve propor alta em imposto de rico para financiar educação

WASHINGTON | REUTERS O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, vai propor na próxima semana elevar os tributos sobre os ricos para financiar grandes investimentos em assistência infantil, educação pré-escolar universal e licença remunerada aos trabalhadores, disseram fontes familiarizadas com o plano.

O democrata vai propor um aumento da taxa marginal do Imposto de Renda de 37% para 39,6% e quase dobrar os impostos sobre ganhos de capital para 39,6% para pessoas que ganham mais de US\$ 1 milhão, de acordo com as fontes.

Os detalhes do plano de Biden para as famílias norte-americanas ainda estão sendo finalizados, mas o presidente planeja anunciar as medidas na próxima semana, antes de seu primeiro discurso ao Congresso, na quarta-feira (28).

O Congresso, profundamente dividido, precisa aprovar as várias medidas fiscais incluídas no plano. Norte-americanos ricos podem encerrar uma alíquota geral de imposto sobre ganhos de capital de até 43,4%, incluindo o imposto de investimento líquido de 3,8% sobre indivíduos com renda de US\$ 250 mil ou mais. Este último ajuda a financiar o Affordable Care Act, conhecido como Obamacare.

**Mais do que nunca, a doceria do Bruno precisava de mais um endereço: na internet.**

Com UOL Meu Negócio, o Bruno criou o seu site e agora os clientes podem conhecer todos os seus doces e bolos sem sair de casa. E o melhor: ele recebe pedidos de orçamento todos os dias.

**Acesse:**  
[uol.com.br/meunegocio](http://uol.com.br/meunegocio)  
e crie o site da sua empresa.

**UOL meu negócio**  
APOIADOR OFICIAL DO SEU SONHO.

**CRIADOR DE SITES • LOJA VIRTUAL • E MUITO MAIS** Siga @UOLMEUNEGOCIO

mercado

CPI ameaça tramitação da reforma administrativa

Prioridade de Lira, PEC que muda carreira de servidores avança na CCJ da Câmara

Danielle Brant e Renato Machado

BRASÍLIA A instalação da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) no Senado para apurar a gestão da pandemia de Covid-19 no país deve atrair ainda mais a tramitação da reforma administrativa, considerada prioridade pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Em 22 de fevereiro, Lira, líder do centrão, escreveu em uma rede social que esperava que a reforma administrativa começasse a tramitar em março na Câmara e que fosse aprovada no plenário pelos deputados até o fim do primeiro trimestre.

A reforma administrativa avançou nesta quinta (22) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e, com a aprovação de requerimento para realização de audiências públicas em uma próxima segunda-feira (26) e 14 de maio.

A primeira terá a participação de Caio Mario Paes de Andrade, secretário especial da Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital.

Na quinta (29), debatem a favor o ex-secretário de desburocratização Paulo Uebel e o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco, e abordar aspectos contrários o Gilberto Bercovici, professor da USP e Maria Lígia Fattorelli, auditora da Receita.

A interlocutores Lira demonstrou preocupação com mais atrasos na tramitação da reforma no Senado por causa da CPI da Covid.

Com o foco nas investigações, a tendência de governo é oposição e deixar demais assuntos em segundo plano — o que, no caso das mudanças no serviço público, atenderia os interesses de partidos de esquerda, contrários à pauta.

A opinião é compartilhada com líderes do governo no Legislativo.

"O presidente [Rodrigo] Pacheco está sendo democrático, cumprindo a determinação do Poder Judiciário [para instalar a CPI]. Mas é visível que, enquanto não houver imunização, condições no ambiente de trabalho, o funcionamento do Senado será restrito", afirmou o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO).

"Destinar parte da ação do Senado para a CPI pode atrasar as reformas e qualquer tipo de projetos que tramitam na Casa. Agora, é possível fazer um esforço conjunto, a realidade vai se impor".

A PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma administrativa proíbe progressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de serviço, e abre caminho para o fim da estabilidade de grande parte dos cargos, maior rigidez nas avaliações de desempenho e redução do número de carreiras.

Saúde, pode dar em um monte de coisas."

Na avaliação dele, se houver um estrago político forte, não haverá como blindar a reforma de impactos. "Uma reforma como essa precisa de um mínimo de estabilidade. Quando a gente estava na Previdência, por exemplo, a Previdência era o assunto central. Agora, se a reforma não for o assunto central, haverá uma dificuldade muito grande de avançar com ela."

Para o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), líder da bancada do Cidadania, o entrave à tramitação das reformas não está na CPI.

"Nem na reforma administrativa nem na tributária você tem propostas consistentes do governo ou consenso no Congresso. A dificuldade de tramitação está aí. Não faz o menor sentido atribuir atraso à CPI", afirmou.

Para atenuar os atrasos, deputados envolvidos nas discussões pretendem procurar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para criar uma comissão in-

Entenda a reforma administrativa

- Proposta cria diferentes tipos de vínculo
• Estabilidade ficará restrita a um deles: cargo típico de Estado
• As carreiras com direito ainda serão definidas. Precisa de concurso e não podem ter redução de remuneração nem de jornada
• É criada a possibilidade de cargo por tempo indeterminado, sem estabilidade e dependente de concurso
• Governo quer avaliar o servidor antes de assumir o cargo público efetivo
• Proposta impede demissões por questões partidárias
• Presidente pode reorganizar autarquias e fundações, reorganizar atribuições de cargos do Poder Executivo e extinguir órgãos
• Servidores públicos em atividade no momento da aprovação das medidas não serão impactados

formal com representantes das duas Casas para agilizar o debate.

Pacheco, no entanto, descartou qualquer tipo de impacto da CPI na tramitação da reforma administrativa. "Eu acredito muito que o funcionamento dela, autônomo que é, não interferirá na pauta principal do Senado, que é a pauta das reformas, os projetos de lei que temos que aprovar", afirmou o presidente da Casa em live com o empresário Abílio Diniz.

"Só na semana que vem já estão pautados 14 projetos de lei para podermos ser apreciados, na mesma semana que vai ser instalada a CPI".

A opinião é compartilhada por deputados que pertencem à frente parlamentar da reforma administrativa. Para o líder do Cidadania na Câmara, Alex Manente (SP), a CPI não atrapalha a tramitação da PEC.

"A reforma administrativa tem um rito próprio, e a frente parlamentar tem feito um trabalho paralelo importante", afirmou.

Turmaína Gestão e Administração de Recursos S.A. Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores em Depósitos de Distribuição de Bebidas de São Paulo, Guarulhos, Osasco, Itapetininga de São Paulo, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema

Severa Incorporações Imobiliárias S.A. Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária em 31.08.2020

SECONCISP SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECONCI-SP

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO PRÉGIOS ELETRÔNICOS

vivo Comunicado A Telefônica Brasil S.A., denominada Vivo, operadora do Serviço Móvel Pessoal (SMP) nas Regiões I, II e III do P&A, comunica a seus clientes e ao público em geral que a partir de 24/06/21 os planos promocionais Vivo Controle listados abaixo terão nova condição comercial.

Para mais informações, ligue \*8486 do seu celular Vivo ou 1058 a partir de qualquer telefone, ou acesse http://vivo.it/n. Pessoas com necessidades especiais de fala/audição, Ligue 0800 772 8346 ou 142. Plano de serviço: 066/POS/SMP (SP), 128/POS/SMP (AL, AM, AP, BA, CE, ES, MA, MG, PA, PB, PE, RJ, RR, RR e SE) e 116/POS/SMP (AC, GO, DF, MS, MT, PR, RO, RS, SC e TO).

# Senado discute criar Refis para setores afetados pela pandemia

Senadores discutem retomar na primeira quinzena de maio a votação de projetos econômicos que estão paralisados desde o recrudescimento da pandemia

Por **Renan Truffi** — De Brasília

23/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e os líderes da Casa discutem retomar, na primeira quinzena de maio, a votação de projetos econômicos que estão paralisados desde o recrudescimento da pandemia. O principal deles é o que cria um programa de renegociação de dívidas tributárias (Refis), com melhores condições do que aquele editado em 2017. Essa possibilidade foi discutida na reunião de líderes ontem.

“Os senadores propuseram retomar um conjunto de projetos da área econômica, como aquele do novo Refis, e o presidente Rodrigo Pacheco anuiu. Provavelmente serão vários projetos dessa natureza na primeira quinzena de maio. Deveremos ter sessão para tratar de toda essa pauta represada”, explicou o líder da Minoria na Casa, senador Jean Paul Prates (PT-RN).

Como mostrou o **Valor** há algumas semanas, Pacheco está capitaneando a ideia de um novo Refis por meio de um projeto apresentado por ele mesmo no ano passado. A proposta já foi levada, inclusive, à equipe econômica, mas, agora, as negociações estão a cargo do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que foi designado relator da proposta. Uma das ideias é que o Refis fique limitado aos setores da economia que foram mais afetados pela pandemia desde o ano passado.

Além disso, os senadores querem discutir novos auxílios setoriais, na esteira do que foi feito em relação ao Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) e ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Sobre isso, segundo fontes, Pacheco teria recomendado que o assunto fosse levado, primeiro, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de maneira agrupada.

Por fim, Jean Paul Prates aproveitou a discussão para pedir que seja incluído na pauta também uma proposta do senador Eduardo Braga (MDB-AM), que altera a

tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e estabelece a incidência do IR sobre lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas. O senador do PT é relator da matéria e defendeu, na reunião, que o tema seja discutido junto das matérias econômicas.

Na prática, a proposta cria alíquota única para o imposto de renda da pessoa física, de 27,5% sobre rendimentos acima de R\$ 4.990,00 mensais. Reduz para 12,5% a alíquota do imposto de renda da pessoa jurídica e para 7,5% a alíquota adicional. Além disso, revoga a isenção sobre os dividendos recebidos pelas empresas, criando alíquota de 15% nestes casos.

Por outro lado, a pedido do próprio governo federal, o projeto de lei que cria a “BR do Mar” não deverá mais tramitar em regime de urgência no Senado. O motivo é que neste regime a matéria passaria a trancar a pauta deliberativa a partir desta sexta-feira. O relator da proposta, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), no entanto, ainda precisa de ao menos “duas semanas” para negociar os termos do parecer final.

O objetivo do projeto é ampliar a navegação entre portos nacionais e reduzir a dependência do transporte rodoviário no país. Os senadores chegaram a discutir sua votação no mês passado, mas, na ocasião, a proposta enfrentou resistência de algumas bancadas. “Estamos chegando perto de uma centena de emendas sugeridas. Cheguei a fazer uma live com vários deputados do Rio de Janeiro, mas ainda falta equacionar sugestões de uns quatro senadores”, explicou Nelsinho ao **Valor**.

Com a aprovação da proposta, o governo espera que a capacidade da frota marítima dedicada a esse tipo de navegação seja ampliada em 40% nos próximos três anos, excluindo as embarcações dedicadas ao transporte de petróleo e derivados. Além disso, o governo também avalia que, com o projeto, seja possível aumentar em 65% o volume de contêineres transportados por ano até 2022 e obter crescimento estimado da cabotagem em 30% ao ano.

## Conteúdo Publicitário

---

# O que fazer com o preço dos combustíveis?

Não adianta culpar a alta do dólar e/ou o aumento do barril de petróleo no mercado internacional

Por Sergio Volk

23/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



— Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo.

O que o brasileiro tem que ver com o inverno americano ou a redução de produção de petróleo na Arabia Saudita e na Rússia?

Com a atual política de preços da Petrobras temos muito a ver. O impacto da pergunta acima, quando há elevação no preço do barril de petróleo, se reflete nos preços dos combustíveis e em decorrência no frete, que devido a importância do modal de transporte rodoviário impacta nos preços dos produtos.

Vamos contextualizar um pouco alguns fatores que nos levaram até o presente momento.

Em 1953 a Lei 2.004 instituiu o monopólio do petróleo no Brasil e criou a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). Em seu artigo 43, ficaram excluídas do monopólio as refinarias existentes à época de sua promulgação e seu artigo 45 vedou a possibilidade de ampliação da capacidade operacional delas a partir de então.

## Não adianta culpar a alta do dólar e/ou o aumento do barril de petróleo no mercado internacional

O Brasil possui atualmente 17 refinarias, com capacidade de processamento de aproximadamente 2,3 milhões de barris diários de petróleo. A Petrobras responde por 98%, com 13 refinarias e o restante com outras quatro: Manguinhos, Univen, Riograndense e Dax Oil.

A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, revogou a Lei nº 2004 de 1953 e extinguiu o monopólio estatal do petróleo nas atividades relacionadas à exploração, produção, refino e transporte do petróleo no Brasil.

Apesar de a Petrobras ter deixado por lei de deter o monopólio, a estatal continua de fato a monopolizar o setor, concentrando controle majoritário sobre a cadeia produtiva dos combustíveis.

Na sua forma pura, monopólio é o domínio de um único fornecedor sobre a oferta de um produto ou serviço que não possui substituto.

Por não haver concorrência, a Petrobras age como detentor do mercado, tendo o poder de infligir o preço dos combustíveis e promover altas nos preços, para alavancar ainda mais os seus lucros.

Esse tipo de estrutura é considerado prejudicial aos consumidores, que são incapacitados de exercer o seu poder de escolha e se tornam reféns do monopolista.

Além de monopolista a Petrobras também exerce o papel de monopsonista. Monopsônio é uma estrutura de mercado na qual há apenas um comprador.

No Brasil, somente a Petrobras tem o direito de comprar o gás natural transportado pelo gasoduto Bolívia-Brasil e única compradora de eventuais importações.

Atualmente somos autossuficientes na produção de petróleo, mas essa autossuficiência é nominal. Existe um descasamento entre a tecnologia para refinar o tipo de petróleo que temos. Muitas das refinarias têm sua tecnologia para refinar petróleo importado da época que dependíamos em grande parte do fornecimento externo, principalmente do Oriente Médio.

No ano de 2019, segundo dados da ANP (Agência Nacional de Petróleo), o Brasil exportou 410 milhões de barris de petróleo, a maior parte para a China e importou cerca de 68 milhões de barris, na maior parte de países da África e do Oriente Médio.

De tal modo, exportamos óleo e derivados, e importamos também combustíveis e derivados, sendo 25% de diesel e 10% de gasolina do total da produção nacional.

Pela Demonstrações de Resultados da Petrobras do ano de 2020 as exportações totalizaram R\$ 87 bilhões. Calculando os percentuais acima de importações de combustíveis, o resultado é de R\$ 21 bilhões, ou seja, temos um hedge natural na paridade do dólar.

Para reduzirmos os preços dos derivados é necessário, como primeira alternativa, quebrar o monopólio de fato, quebrar as barreiras que impeçam a entrada de outras empresas que seriam concorrentes ou uma segunda alternativa, a de alterar a política de preços.

A primeira alternativa é a mais adequada. Como exemplo, os EUA têm mais de uma centena de refinarias, o que permite vender a gasolina, na média, a US\$ 0,68 o litro,

na bomba. Isto decorre do fato que com concorrência o vendedor é tomador de preço, ou seja, ele não é capaz de influenciá-lo. No entanto, como conclui a teoria econômica, o preço do monopolista geralmente é mais alto e a sua produção é menor do que em concorrência pura.

Isto posto, como a primeira alternativa leva tempo, vamos analisar a segunda alternativa, ou seja, alterar a política de preços, que é a forma mais rápida de amenizar o impacto do descontentamento dos caminhoneiros. De fato, não é possível negociar o frete de uma carga de mercadoria com um determinado valor de combustível e no dia seguinte este valor ser alterado.

A solução mais óbvia é:

1- se o preço do petróleo no mercado externo for menor que o custo de extração somado ao de refino e demais despesas é melhor importar;

2- caso o preço de petróleo estiver acima do custo de extração somado ao de refino e demais despesas a solução é a Petrobras maximizar seu lucro.

Alguns dirão, estamos prejudicando os acionistas, no entanto o monopolista maximiza seu lucro quando a receita marginal é igual ao custo marginal, ou seja, como o custo é totalmente nacional não é justo utilizar o preço internacional.

Além de tudo que foi dito, existem dois efeitos perversos desta política. Primeiro, com a alta dos combustíveis, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) subiu 0,93% em março e alcançou 6,10% em 12 meses, percentual superior ao teto da meta que é de 3,75% com limite de 5,25%. Segundo, com a possibilidade de estouro da meta, em sua última reunião o Copom (Comitê de Política Monetária) elevou a taxa de juros.

O primeiro efeito impõe um custo a toda população e o segundo desestimula o investimento. Não adianta culpar a alta do dólar e/ou o aumento do barril de petróleo no mercado internacional. É preciso procurar soluções.

Sergio Volk é economista, doutorando em economia pela EPGE-FGV/RJ, mestre pela PUC-SP em Contabilidade, Finanças e Auditoria, professor no MBA da FEI e gestor empresarial.

## Conteúdo Publicitário

---

UM SÓ PLANETA

Hidrogênio combustível: a chave para um futuro neutro em carbono

VALOR INVESTE

Petrobras quer reduzir volatilidade nos preços sem desrespeitar mercado externo

UM SÓ PLANETA

Acesso à água potável representa um desafio global

 COMENTÁRIOS

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **IFI: Desenvolvimento Regional tem maior perda de orçamento; Educação perde R\$ 1,18 bi**

Somando com o bloqueio feito por decreto, o orçamento do MDR para este ano está 9,5 bilhões menor, embora os 827 milhões de contingenciamento possam ser revertidos ao longo do ano

23/04/2021 10:13 — Em Política

---

### **Ex-ministro Eduardo Pazuello é nomeado para cargo na Secretaria-Geral do Exército**

O general deve ser um dos principais alvos da CPI de Covid

# Custos disparam e gráficas pedem redução de impostos sobre papéis

Indústria gráfica brasileira enviou nova correspondência ao Ministério da Economia alertando para a forte inflação de custos no setor

Por **Stella Fontes** — De São Paulo

23/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Levi Ceregato, da Abigraf Nacional, diz que setor vive “concurso de resistência” — Foto: Divulgação

A indústria gráfica brasileira enviou nova correspondência ao Ministério da Economia na semana passada, alertando para a forte inflação de custos no setor e a incapacidade das gráficas de repassar os sucessivos aumentos de preço dos

diferentes tipos de papel, em um momento de condições de mercado ainda adversas. Para mitigar os impactos negativos da aceleração dos custos, que tem levado ao fechamento de empresas em ritmo “preocupante”, a indústria defende a redução do imposto de importação ou o corte de tributos localmente.

Há três meses, as gráficas já haviam pedido ao governo a redução temporária do imposto de importação de cartões, usados principalmente em embalagens, por causa da escassez de oferta após a desorganização da cadeia de suprimentos. O pleito não foi atendido.

Em 2019, o Brasil contava com cerca de 18 mil gráficas em operação, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) Nacional. Com a crise desencadeada pela pandemia de covid-19, a estimativa é que entre 4 mil e 5 mil empresas fecharam as portas, ou mais de 25% do total de gráficas que estavam em operação há pouco mais de um ano. “É um concurso de resistência”, diz o presidente da entidade, Levi Ceregato.

Entre agosto e março, segundo levantamento do **Valor**, os preços de papéis de imprimir e escrever acumularam altas de até 37% no mercado doméstico e há novos reajustes anunciados pelos fabricantes instalados no país para maio, da ordem de 15%. Os cartões usados em embalagens, por sua vez, sobem até 30% desde o fim do ano passado e também passam por nova rodada de alta.

Os sucessivos reajustes no segmento de papel refletem a forte valorização da celulose - de cerca de 40% em dólar - e das aparas de papel, o câmbio desvalorizado e os insumos químicos mais caros. A entidade que representa os fabricantes de papéis, a Ibá (Indústria Brasileira de Árvores), não comenta preços por compliance, mas aponta em nota que, “devido à conjuntura mundial, com a crise causada pela pandemia e o aumento do dólar, todos os setores estão sofrendo pressão de custos”.

“Logística, insumos químicos importados e aparas, por exemplo, demonstraram aumento no último ano. Assim, por meio do repasse de aumentos de cada elo da cadeia, o produto final, como a embalagem de papel ou qualquer tipo de papel, acaba impactado”, informou.

A entidade diz ainda que, enquanto todo o setor de embalagens registrou aumento de preços da ordem de 29,1% entre fevereiro de 2020 e o mesmo mês de 2021, o papel cartão subiu somente 9%. A perspectiva para os próximos meses é de regularização da cadeia de cartões, com oferta superior à demanda no segundo semestre.

Diante disso, segue a Ibá, uma eventual redução da alíquota de importação não teria efeito imediato, por causa dos prazos de análise do pedido e de operacionalização das importações, e ainda “provocaria o risco de entrar em vigor justamente no momento da inversão do quadro entre oferta e demanda, desequilibrando toda a cadeia produtiva nacional do papel, gráfica e embalagem”.

Conforme Ceregato, a indústria gráfica vê a elevação de custos em curso “com grande preocupação”. “A maior parte da indústria é formada por pequenas e médias empresas. Mas as grandes também estão enfrentando dificuldades”, afirma. Segundo uma fonte de mercado, o fato de a indústria gráfica ser muito pulverizada no país reduz o poder de negociação e contribui para a elevada concorrência nesse mercado, que também limita a capacidade de recomposição de margens.

No ano passado, a produção física da indústria gráfica brasileira recuou 17,3%, o maior tombo da história, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conforme a Ibá, na nota sobre o pedido de redução da alíquota de importação de cartões, o setor de embalagens de papel, por meio da entidade, “está

mantendo diálogo ativo com a Abigraf, a fim de identificar casos pontuais ou regionais que demandem uma atenção especial e que possam ser trabalhados na busca de uma solução conjunta”.

## Conteúdo Publicitário

---

UM SÓ PLANETA

**Mulheres no topo: Natura busca aumentar a presença feminina nos cargos de liderança**

UM SÓ PLANETA

**Como o lixo e a economia circular podem atuar de forma positiva nas empresas?**

VALOR INVESTE

**Biden planeja cortar emissões de carbono dos EUA pela metade até 2030, diz jornal**

 COMENTÁRIOS

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **IFI: Desenvolvimento Regional tem maior perda de orçamento; Educação perde R\$ 1,18 bi**

Somando com o bloqueio feito por decreto, o orçamento do MDR para este ano está 9,5 bilhões menor, embora os 827 milhões de contingenciamento possam ser revertidos ao longo do ano

23/04/2021 10:13 — Em Política

---

### **Ex-ministro Eduardo Pazuello é nomeado para cargo na Secretaria-Geral do Exército**

O general deve ser um dos principais alvos da CPI de Covid



Por **Claudia Safatle**

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

# Governo não consegue controlar a despesa

As expectativas se voltam para a próxima administração

23/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Por incompreensão, ignorância ou ideologia, o fato é que o governo não consegue administrar o país com o mínimo de controle do gasto público. A lei que estabeleceu o teto para o aumento da despesa, aprovada em 2016, agora chegou no limite, e Executivo e Legislativo decidem corromper o seu entendimento para superar as amarras do controle do gasto. Pelo teto, a despesa não pode ter crescimento real.

Esse não é um procedimento novo, ao contrário. Desde sempre tentou-se financiar o gasto crescente com aumento da receita com impostos. Não há mais essa possibilidade, dado que a carga tributária ronda a casa dos 33% do PIB e, na sua complexidade, inferniza a vida de quem quer empreender.

## As expectativas se voltam para a próxima gestão

Para quê, então, foi colocado um teto para a expansão do gasto se, no momento em que a despesa ameaça furar o seu limite, não se considera a hipótese de cortá-la? Há, no setor público, uma disposição infinita para gastar. Razão pela qual a dívida interna bate recorde como proporção do PIB e há grandes incertezas a respeito da sua dinâmica.

No bolo de acordos com as lideranças políticas para sair do impasse orçamentário, aprovou-se uma fatura descabida. O Congresso derrubou, na segunda-feira, um veto de 12 anos atrás, ainda do então presidente Lula. E, assim, autorizou a migração dos servidores da antiga Secretaria da Receita da Previdência para a carreira de analista tributário da Receita Federal. Isso custará mais de R\$ 2,7 bilhões de aumento na folha de salários da União.

Se depender do Ministério da Economia, essa medida será questionada por algum partido (provavelmente o Novo) através de uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), sob o argumento de

que seria necessário concurso público para os fiscais da Previdência Social se igualarem aos da Receita. A demanda decorreu da integração da Receita Previdenciária à Receita Federal, criando a Receita Federal do Brasil.

É assustadora a facilidade com que se criam gastos no setor público. Como se gastar fosse sinônimo de boas políticas. Não é. Aliás, não se sabe se são boas ou más as políticas públicas, pois não há quem esteja encarregado de medir a sua eficácia. Não existem sequer processos definidos para se chegar a uma medição.

No Orçamento, leva quem tiver maior poder de pressão. Em geral, são bem sucedidos os lobbies patrocinados pelo funcionalismo e pelas empresas que buscam subsídios ou incentivos fiscais que somam, atualmente, algo em torno de R\$ 350 bilhões por ano. Esses são os chamados “gastos tributários”, receitas que deixam de entrar no Orçamento da União para incentivar determinados setores. Também não há a menor preocupação em saber do impacto que benefícios tributários trazem à economia.

É necessário reconhecer que o Congresso tem muito pouca margem de manobra para definir o Orçamento e suas prioridades. Com cerca de 96% das verbas já previamente alocadas para despesas pré-determinadas, resta ao Parlamento disputar os 4% de recursos discricionários, não vinculados a gastos obrigatórios.

Há, portanto, claro conflito distributivo que, se não for arbitrado pelo poder público, desemboca na inflação. Como uma inflação mais elevada ajuda a quem deve - e quem mais deve no país é o setor público -, ela já deu um jeito de aparecer para aliviar a briga por recursos no Orçamento de 2022.

Na agenda da área econômica do governo, consta, ainda para este ano, a aprovação da reforma administrativa, cuja PEC tramita no Congresso.

O prazo para uma eventual aprovação dessa reforma, que não traz impacto na folha de salários nem na produtividade do setor público no curto prazo, é até outubro deste ano. O calendário político do governo desaconselha a colocação de temas polêmicos na pauta do Congresso após esse período, que será ocupado integralmente pela campanha eleitoral de 2022. O espaço para se trabalhar a reforma tributária, sob essa perspectiva, se esvaiu.

É ocioso pensar em soluções estruturais para este e para o próximo ano. Parece claro que do governo Bolsonaro não se deve esperar muita coisa. Mais uma vez, as expectativas se deslocam para o próximo governo. Dele dependerá a retomada da agenda de reformas estruturais necessária à recuperação da economia rumo ao crescimento sustentado.

**Claudia Safatle é jornalista da equipe de criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras**

**E-mail: [claudia.safatle@valor.com.br](mailto:claudia.safatle@valor.com.br)**

## Conteúdo Publicitário

---

UM SÓ PLANETA

PEGN de abril destaca empresas que trabalham para uma moda mais sustentável

UM SÓ PLANETA

Nos EUA, partículas aéreas de microplástico estão "por todo lado"

VALOR INVESTE

FMI defende piso mínimo para taxa global de emissão de carbono



COMENTÁRIOS

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **Mater Dei estuda instalar hospital em imóvel de controlador em Nova Lima**

Assunto será submetido ao conselho de administração da rede mineira, que estreou na B3 no último dia 16

23/04/2021 10:07 — Em Empresas

---



**Por Armando Castelar Pinheiro**

Pesquisador do IBRE/FGV, professor do Instituto de Economia ... [ver mais](#)

## À espera da inflexão

Há que resistir à tentação de usar a inflação no ajuste das contas públicas: a conta vem depois, não compensa

23/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A realidade tem se mostrado mais complexa que as previsões. Novas cepas, múltiplas ondas de casos e mortes, efeitos colaterais das vacinas, tudo eleva a incerteza sobre quando se controlará a pandemia da covid-19 e, não menos importante, como será o novo normal depois disso. Fica claro, também, que os países ricos não conseguirão controlar a epidemia vacinando só suas populações, enquanto no resto do mundo a pandemia segue solta, facilitando o surgimento de novas e mais virulentas variantes do vírus.

Isto posto, tudo indica que 2021 verá uma inflexão nesse processo, fruto do gigantesco esforço de vacinação em curso. E de que, os dados mostram, as vacinas estão funcionando. Até aqui foram aplicadas quase 900 milhões de doses globalmente, quase uma dose para cada seis pessoas com 20 anos ou mais. Na última semana, mais de 100 milhões de doses foram administradas e a tendência é esse ritmo acelerar, conforme suba a produção de vacinas. Mesmo que isso não ocorra, mantido esse ritmo o ano fechará com 4,5 bilhões de doses aplicadas, o suficiente para vacinar boa parte dos mais vulneráveis.

## **Muito da deterioração futura virá de maiores despesas com juros, e não do mais visível déficit primário**

A vacinação avançou mais em alguns países ricos, como os europeus e os EUA, com grandes emergentes como Brasil, Argentina, China, México e Índia vindo atrás, nessa ordem, em termos de vacinas aplicadas por habitante. Onde a vacinação andar mais rápido, a atividade econômica e o emprego também se recuperarão mais ligeiro e significativamente. Os EUA são o grande caso de sucesso na economia, para o que os redobrados estímulos fiscais também contribuem.

No Brasil, tudo parece meio parado, à espera que a vacinação avance o suficiente para a normalização, ainda que parcial, para usar o jargão da moda, da economia. Já se aplicaram cerca de 35 milhões de doses e o ritmo tem ficado, com alguma volatilidade, perto de um milhão de doses por dia. Isso permitirá vacinar, com duas doses, todos os brasileiros com 20 anos ou mais até o fim do ano. Se conseguirmos mais vacinas, poderemos atingir essa “normalização parcial” no terceiro trimestre, com o ano fechando com uma retomada mais firme da atividade.

O problema é que há muito mais com que se preocupar, o que não parece estar ocorrendo. O que me fez lembrar da frase de Samuel Johnson: “Confie nisso, senhor, quando um homem sabe que está em vias de ser enforcado, concentra sua mente maravilhosamente”. Quem sabe a força ainda não está apertando tanto quanto parece, mas a impressão é de rompimento com o padrão das últimas décadas, quando a proximidade da crise concentrou as mentes e levou à aprovação de ajustes fiscais. Não vemos isso agora, como ficou claro na confusão, ainda em curso, com o orçamento público deste ano.

O drama humanitário - mais de 20 mil mortes por semana - explica em parte essa apatia com a deterioração do quadro fiscal. É na saúde pública que as mentes estão concentradas. Parte da explicação também está, porém, em muito da deterioração futura vir de maiores despesas com juros, e não do mais visível déficit primário.

Entre fevereiro de 2020 e o mesmo mês este ano, a Dívida Bruta do Governo Geral saltou de 75,2% para 90% do PIB. Apesar desse salto, a despesa com juros sobre essa dívida caiu de 5,5% do PIB nos 12 meses até fevereiro de 2020 para 4,7% do PIB um ano depois. Isso porque, na média dos 12 meses terminados em fevereiro último, a taxa de juros implícita incidente sobre essa dívida foi de apenas 5,7%, contra 7,5% um ano antes.

Essa taxa de 5,7% é a menor registrada na série histórica disponibilizada pelo Banco Central (BC). Essa excepcionalidade fica ainda maior quando se olha para essa taxa em termos reais, descontando a variação acumulada pelo IPCA: nos 12 meses até fevereiro de 2021, a taxa real ficou em 0,5%, contra uma média de dez vezes esse valor em 2007-20 (5%).

Nos próximos meses a taxa de juros real incidente sobre a dívida pública vai continuar caindo, indo para valores negativos. Porém, olhando um pouco mais à frente, parece inevitável que ela suba, possivelmente de forma significativa. Isso por dois fatores.

Um, a alta dos juros pagos pelo Tesouro americano, que deve continuar conforme a economia do país se recupere, dado que o governo americano necessita emitir altos volumes de dívida para financiar seu elevado déficit. O processo será gradual, oscilando com as ondas da pandemia, mas deve ganhar força com a recuperação da atividade e a queda do emprego.

Outro, a necessidade de controlar a escalada inflacionária doméstica, que fará o BC continuar a elevar a taxa Selic, indexador de 45% da dívida pública, provavelmente para além do que projeta o analista mediano do Focus (6% ao final de 2022). A inflação segue surpreendendo para cima e o risco de o BC perder o controle das expectativas inflacionárias tem aumentado.

Torço que se resista à tentação de usar a inflação no ajuste das contas públicas: a conta vem depois, não compensa. É hora de começar a se preparar para esse novo desafio fiscal.

**Armando Castelar Pinheiro é Coordenador de Economia Aplicada do Ibre/FGV, professor da Direito-Rio/FGV e do IE/UFRJ e escreve quinzenalmente neste espaço. Twitter: @Acastelar.**

## Conteúdo Publicitário

---

### VALOR INVESTE

Lançamentos da MRV crescem 58% no 1º trimestre, para R\$ 1,7 bilhão

### VALOR INVESTE

Silva e Luna assume Petrobras após novo aumento no preço dos combustíveis

### UM SÓ PLANETA

Live no Um Só Planeta discutiu Bioeconomia e novos negócios na Amazônia

 COMENTÁRIOS

# Biden prepara pacote de alta de impostos para ricos

Aumento do imposto de renda e da taxaço sobre ganho de capital visa financiar um novo pacote de benefícios para as famílias

Por **James Politi e Aziza Kasumov** — Financial Times, de Washington e Nova York

23/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, vai anunciar uma série de aumentos de impostos para os americanos ricos, incluindo quase dobrar as alíquotas sobre os ganhos de capital para pessoas que ganham mais de US\$ 1 milhão por ano. O objetivo é ampliar a arrecada o para financiar um grande aumento dos investimentos em educa o e assistência   infância.

O pacote econômico da Casa Branca, avaliado em mais de US\$ 1 trilhão, poderá ser anunciado já na semana que vem, segundo fontes. É quando Biden deverá fazer um

discurso numa sessão conjunta do Congresso pela primeira vez desde que se tornou presidente dos EUA.

O aumento de impostos reverteu parte dos cortes aprovados em 2017 pelo ex-presidente Donald Trump e deverá seguir as propostas de campanha de Biden, voltadas para indivíduos que ganham mais de US\$ 400 mil por ano.

Entre essas propostas estão um aumento da alíquota maior do imposto de renda, de 37% para 39,6%, e a aplicação de taxas normais de imposto de renda sobre ganhos de capital e pagamentos de dividendos para americanos que ganham mais de US\$ 1 milhão por ano.

Juntamente com uma sobretaxa ao rendimento de investimentos cobrada dos ricos e implementada à época da reforma do setor de saúde pelo presidente Barack Obama, isso elevará o total dos impostos sobre ganhos de capital para 43,4% para americanos mais ricos.

As taxas propostas por Biden atingiram os gestores de fundos de private equity (investimentos em participações) e fundos hedge, ao efetivamente eliminar o tratamento fiscal preferencial dado aos seus lucros - o chamado "carried interest". No momento, o carried interest é taxado à menor alíquota sobre ganhos de capital, em vez de como renda, mas Biden quer igualar seu tratamento fiscal.

O presidente estuda ainda taxar ganhos de capital não realizados repassados para herdeiros.

As propostas provocaram uma grande queda nos mercados de ações ontem. O índice S&P 500, que operava estável, caiu 1%.

Shana Sissel, diretora de investimentos da Spotlight Asset Group, disse que os mercados continuarão caindo se as mudanças tributárias - que o governo quer implementar no ano que vem - forem aprovadas pelo Congresso, pois os investidores tentarão garantir ganhos antes da alta dos impostos.

“Veremos muito mais vendas no fim do ano, com as pessoas tentando se antecipar a isso”, disse Sissel.

O presidente americano pretende usar as arrecadação com o aumento dos impostos para bancar o que a Casa Branca quer chamar de Plano das Famílias Americanas, que dará um apoio mais generoso à assistência infantil até 2025, além de fornecer recursos extras para a educação universal pré-escolar e faculdades comunitárias.

A Casa Branca não quis comentar detalhes ontem. O Plano das Famílias Americanas será o terceiro grande pacote econômico proposto por Biden desde que ele assumiu, há pouco mais de três meses. Em março, ele promulgou um plano de estímulo fiscal de US\$ 1,9 trilhão. Agora ele tenta aprovar um projeto de lei de infraestrutura de US\$ 2 trilhões que enfrenta um destino incerto no Congresso.

Embora Biden diga que gastos extras com crianças e famílias são necessários para fortalecer a classe média americana, a proposta poderá abrir uma nova frente no conflito do governo com Wall Street. Empresas americanas já reclamam do proposto aumento do imposto de renda corporativo, para financiar o plano de infraestrutura.

A expectativa original era de que o Plano das Famílias Americanas seria agrupado ao pacote de infraestrutura, mas a Casa Branca decidiu separá-los, acreditando que isso facilitaria a aprovação num Congresso bastante dividido.

Enquanto avança com a nova proposta de elevar impostos para investir em assistência à infância e ao ensino, Biden luta por apoio no Congresso para seu plano de infraestrutura. Ontem, senadores republicanos propuseram seu próprio plano, de US\$ 568 bilhões - bem abaixo do defendido pela Casa Branca. O plano republicano pende para projetos tradicionais de infraestrutura, com US\$ 299 bilhões para rodovias e pontes, US\$ 65 bilhões ao desenvolvimento da rede de banda larga, US\$ 61 bilhões para transporte público e US\$ 44 bilhões para aeroportos.

Já o plano da Casa Branca prevê investimentos maiores em pesquisa e desenvolvimento, subsídios à produção industrial e reequipamento de edificações, dedicando ainda mais recursos para enfrentar mudanças climáticas - uma prioridade para muitos democratas.

O plano republicano não inclui nenhum dos aumentos de impostos corporativos previstos pela Casa Branca, sugerindo em vez disso que o custo da proposta deve ser coberto por taxas maiores cobradas dos usuários da infraestrutura.

**Want to read more from the FT? Sign up for a free corporate trial for you and your team at: [www.ft.com/am730](http://www.ft.com/am730).**

## Conteúdo Publicitário

---

UM SÓ PLANETA

**Esforços para a emergência climática: por que é tão importante evitar a emissão de carbono?**

VALOR INVESTE

**Faturamento das operadoras de turismo em 2020 foi o menor em mais de uma década**

UM SÓ PLANETA

**Bolsonaro promete a Biden o fim do desmatamento ilegal até 2030**



COMENTÁRIOS

# Bolsonaro pode perder corrida pelo dinheiro para governadores

Presidente se mostrou no encontro como um aliado arrependido do trumpismo

Por **Maria Cristina Fernandes** — São Paulo

23/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Dezessete chefes de Estado e a presidente da Comissão da União Europeia falaram antes do presidente Jair Bolsonaro na Cúpula dos Líderes pelo Clima. O presidente do país “detentor da maior biodiversidade do planeta”, como Bolsonaro definiu o Brasil, começou a falar quase duas horas depois de a conferência virtual ter começado. E não pôde, a exemplo de Angela Merkel (Alemanha), Emmanuel Macron (França), Ursula Leyen (UE) e Cyril Ramaphosa (África do Sul), saudar, com uma estocada da boa diplomacia, a volta dos Estados Unidos, anfitrião do encontro, ao esforço contra o aquecimento global.

Os americanos voltaram ao Acordo de Paris um mês depois da posse do presidente Joe Biden e três anos e sete meses depois de o ex-presidente Donald Trump tê-lo denunciado. Os líderes europeus e da África do Sul não deixaram passar a oportunidade de lembrar Biden do passado muito recente do país que agora se arvora à liderança global do ambientalismo na tentativa de reconquistar um viés de “superioridade moral” perdido na era Trump. Bolsonaro, porém, não pôde fazer o mesmo porque, de todos os 40 chefes de Estado convidados para a conferência, foi o mais estreito aliado de Trump.

E foi assim que o presidente brasileiro se mostrou no encontro. Como um aliado arrependido do trumpismo, incapaz até mesmo de adotar a linha de outros infratores das metas ambientais, como o primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau. No comando de um país que, a exemplo do Brasil, não cumpriu o que havia acordado no Acordo de Paris, em 2015, Trudeau colocou o combate ao aquecimento global como prioridade que secunda o enfrentamento da covid-19. Como a pandemia nunca foi sua prioridade, Bolsonaro preferiu centrar seus esforços numa única mentira, a do empenho nacional pela redução dos gases do efeito-estufa.

Os argumentos foram os mesmos apresentados na carta enviada, na semana passada, ao presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. A carta parece ter sido tão pouco convincente que o presidente americano esperou a vez de David Kabua, presidente das Ilhas Marshall, país minúsculo do Pacífico que tende a desaparecer pelo avanço dos oceanos, mas não Bolsonaro. Biden deixou a sala da conferência virtual antes de o brasileiro começar a falar. A mensagem brasileira foi mais ponderada do que as da era Ernesto Araújo, mas distorce a responsabilidade do país pela emissão de gases estufa, traça meta de redução baseada numa pedalada (para trás) sobre as conquistas anteriores e comemora a matriz limpa do parque energético como feito de seu governo.

A conferência deixou claras as dificuldades de Bolsonaro em limpar a imagem do Brasil depois da devastação e do desmonte das instituições de fiscalização promovidas por seu governo. Por razões inversas, Biden também pisou em ovos em seu discurso, que abriu a conferência. Ciente de que uma parte importante do eleitor americano rejeita o discurso ambiental, falou mais em emprego do que em clima. Ancorou a necessidade de mudar a matriz energética do país com o desenvolvimento de novas tecnologias como meio para a geração de emprego. O temor do eleitorado se estende ao mercado. À tarde, de volta à tela, mal acabara de falar da necessidade do esforço conjunto para o financiamento das ambiciosas metas ali traçadas, as bolsas despencaram, alarmadas com aumento de impostos.

O presidente chinês, Xi Jinping, citado por Merkel, Macron e pelo primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, em função dos esforços na pauta ambiental que precedem os dos EUA, também tratou de seus interesses sem subterfúgios. Ao enfatizar o multilateralismo, deixou claro que as conquistas não decorrerão do novo protagonismo americano mas do conjunto das nações. Xi insiste em se apresentar como liderança dos países em desenvolvimento propugnando o reconhecimento dos esforços que estes têm feito no sentido de buscar o desenvolvimento sustentável.

Todos os chefes de Estado exibiram esforços maiores do que aqueles que têm sido efetivamente feitos. E todos se comprometeram com metas ambiciosas para 2030 a serem acordadas na conferência das Nações Unidas sobre o clima, em Glasgow, em novembro. Nenhum deles, porém, enfrenta descrédito tão grande sobre a distância a ser percorrida entre os esforços e as metas quanto Bolsonaro.

O primeiro teste se dará no acesso ao fundo de US\$ 1 bilhão, mobilizado a partir da coalizão de EUA, Noruega e Reino Unido e de empresas como Amazon, Airbnb, Bayer, Nestlé, Unilever, Boston Consulting Group, McKinsey, Salesforce e GKS (*ver*

reportagem na página A5). É um dinheiro a ser destinado para o mundo inteiro e não apenas para o Brasil como desejava o Palácio do Planalto. E até mesmo os governos subnacionais estarão elegíveis. Como o pagamento se dará por meio de resultados, e não antecipadamente para armar a Guarda Nacional, como desejava o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, as chances de o governo federal são mais reduzidas do que, por exemplo, as do Consórcio Amazônia, que reúne os nove Estados da região.

Por meio um plano chamado “Recuperação Verde da Amazônia Legal”, os governadores apresentaram projetos como apoio na certificação de produtos sustentáveis para acesso aos mercados nacional e internacional, incentivo à pecuária intensiva, redução de carbono nas atividades de mineração e fomento ao turismo ecológico. Os desembolsos se dão mediante averiguação, por consultores independentes, do desempenho acordado. Depois de carregar sozinho o fardo da herança trumpista na cúpula, Bolsonaro ainda corre o risco de ser ultrapassado, em casa, pelos governadores, no acesso ao dinheiro.

## Conteúdo Publicitário

---

UM SÓ PLANETA

**10 pontos-chave sobre a posição do Brasil na Cúpula do Clima de Joe Biden**

VALOR INVESTE

**Ibovespa perde pontualmente marca de 120 mil pontos com recuo de blue chips**

UM SÓ PLANETA

**App calcula pegada de carbono e facilita reflorestamento**



COMENTÁRIOS

---

Mais do Valor **Econômico**